

LEITURA COMPLEMENTAR

AULA 40

Material Complementar III

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

Expansão Católica e Perseguição do Império Romano

A IGREJA DOS APÓSTOLOS E DOS MÁRTIRES

DANIEL-ROPS

Páginas 385-436

Pe. Daniel Antonio de Carvalho Ribeiro, scj

IX. A LUTA FINAL E A CRUZ SOBRE O MUNDO

Diocleciano e o "Baixo Império"

Nas deliciosas margens do Adriático, onde se penduram requintados jardins e pomares junto às falésias dálmatas, existe uma pequena cidade, de aspecto singular e encanto bizarro, que os sérvios chamam Split e que os gregos designam ainda pelo seu antigo nome veneziano de Spalato.

Quando desembarcamos no seu estreito cais, ficamos estupefatos com o volume de construções que se erguem na nossa frente. Enormes muralhas, irmãs gêmeas das de Bizâncio ou de Roma, cingem os contornos da cidade; esguias colunas, da altura de uma casa de dois andares, continuam a sustentar, com os seus capitéis floridos em estilo coríntio, umas arcadas de um desenho perfeito, atrás das quais se vêem numerosas fachadas com as suas lojas, janelas e varandas. É um palácio e é uma cidade, tudo misturado, associado e fundido, numa invasão que a princípio surpreende ou numa absorção das soberbas ruínas pelos casebres e edifícios. E tudo isso nos permite contemplar, na sua quase totalidade, um dos mais impressionantes exemplos da arte romana dos últimos tempos.

A duas léguas da sua cidade natal, Salona, por volta do fim do século III, um imperador que era ainda uma das últimas testemunhas da grandeza latina mandara construir à beira-mar esta prodigiosa vivenda, que media 216 metros de comprimento por 175 de profundidade. O recinto era flanqueado por dezesseis torres, e penetrava-se nele por quatro portas, a principal das quais — a Porta de Ouro, que conduzia a Salona — mostra ainda a massa poderosa das suas defesas. Este vasto retângulo era inteiramente ocupado pelo palácio e pelos seus pórticos, jardins suspensos sobre o mar, alamedas de ciprestes e fontes. No centro do conjunto, um mo-

numento maciço sustentava, por meio de dois andares de colunas de granito vermelho, uma cúpula de uma audácia extrema: o mausoléu onde o imperador decidira fazer repousar o seu corpo. Tudo aquilo era poderoso, colossal, mais oriental do que romano, admirável pela sua decoração e pela exuberância do seu luxo. Era, enfim, o digno quadro onde podia vir abrigar os seus sonhos melancólicos o último dos grandes imperadores que a Roma pagã conheceu — *Diocleciano* (284-305).

É aqui que começa um novo — e o último — capítulo da história latina, que se costuma chamar o *Baixo Império*. Para falar com propriedade, a expressão não tem senão um sentido cronológico, mas é fácil interpretá-la pejorativamente, e assim se tem feito. Não há dúvida de que o Baixo Império é uma época de decadência, e não é possível contemplar sem tristeza e sem horror as convulsões que, em dois séculos, arrastaram para a ruína total o antigo poder dos filhos da Loba. E, no entanto, seria injusto votar ao desprezo esses tempos difíceis que, aliás, são em tantos pontos análogos aos nossos. Alguns homens tentaram fazer face ao destino, reconstruir a ossatura do velho Império e sustar o assalto dos bárbaros; Diocleciano, como mais tarde Constantino e Teodósio, são três imperadores que a história nos permite admirar.

Diocleciano era um homem grande, de nobre estatura e aspecto vigoroso. A sua impassibilidade dissimulava um temperamento violento, cheio de contradições. Homem do povo, do baixo povo — alguns afirmam que era filho de um liberto —, nascera nas escarpadas costas da Dalmácia, a dois passos do lugar onde mandaria erigir a sua faustosa residência; assim, este montanhês tinha tanto de bárbaro como de romano. “Regrado nos seus costumes, paciente nas suas empresas, sem prazer e sem ilusões, descrente das virtudes e indiferente a qualquer assomo de gratidão”, assim o pintou Chateaubriand, e assim era na realidade. Os cristãos maltrataram a memória do seu último e pior perseguidor, mas os desígnios que ele se propunha não tinham nada de medíocre, e a energia com que procurou realizá-los é digna de admiração, se tivermos em conta que era um homem sem fé e sem grande esperança, que se deixou levar apenas por um elevado sentimento dos seus deveres de homem de estado.

Quando tomou o poder — depois de um assassinato, conforme o uso do tempo —, a situação do Império era mais do que incerta. Os persas, que se tinham acalmado temporariamente, estavam prestes a pegar novamente em armas; os alamanos e os burgúndios sitiavam as fortalezas renanas; os barcos dos saxões e dos francos infestavam as margens da Mancha; por toda a parte a administração romana dava sinais de falta de vitalidade e de impotência, e em muitas províncias verificava-se uma espécie de desagregação espontânea da ordem, que se traduzia na brusca investida so-

bre as cidades de umas massas enfurecidas e frenéticas: na Gália, a revolta dos *bagaudes*, os “vagabundos”, camponeses arruinados, devedores insolventes, escravos fugitivos, todos reunidos para grandes rapinas e massacres; na Mauritânia e ao sul da Tunísia, as sublevações cabilas. E a todos estes terríveis sintomas de desagregação vinha juntar-se a já tradicional ameaça de pretendentes ao trono que, na Bretanha e no Egito, se faziam proclamar imperadores pelas suas legiões.

Diocleciano soube compreender com clareza toda a situação, e resolveu agir. Antes de mais, era necessário dar uma base sólida à obra dos seus predecessores, os imperadores ilíricos, e tornar impossível o retorno àquela terrível crise de anarquia que durante trinta anos ameaçara fazer soçobrar o Império. Ocorreu-lhe que os territórios confiados à sua guarda eram excessivamente vastos para as forças de um só homem, e que seriam indispensáveis vários chefes para manter a ordem e defender as fronteiras. Ao mesmo tempo, esta partilha de autoridade podia servir para resolver de uma maneira definitiva a sempre delicada questão das sucessões. Dois anos depois de assumir o poder, em 286, associou a si um colega, Maximiano, um panônio inculto, soldado aventureiro de pêlo hirsuto e feições obstinadas, mas dotado de uma energia feroz e que mantinha pelo seu amigo um indefectível respeito. Maximiano adotou o sobrenome de Hércules, enquanto Diocleciano reservou para si o de Júpiter, o que marcava bem as distâncias. O Império foi dividido em duas partes, ficando Diocleciano com o Oriente e Maximiano com o Ocidente. Estava criada a *diarquia*. O sistema foi completado em 293 com a criação de dois novos imperadores que, como os primeiros, exerciam o poder em regiões distintas, ocupando no entanto uma categoria inferior. Diocleciano e Maximiano detinham o título de *Augustus*, ao passo que os outros dois eram somente *Césares*. E assim nasceu a *tetrarquia*.

O sistema era engenhoso e podia dar excelentes resultados. Os dois Césares eram os herdeiros dos dois Augustos e deviam — em princípio... — suceder-lhes sem qualquer contestação. Conforme o pacto tetrárquico, o imenso Império foi dividido em quatro zonas, confiadas a cada um deles. Tréveris, Milão, Sírmio e Nicomédia foram as novas capitais, todas elas próximas das fronteiras ameaçadas. E as escolhas de Diocleciano foram excelentes. Junto de si, pois se sabia melhor administrador do que estratega, manteve Galério, um soldado rude cujo aspecto — no dizer de Lactânio — “era suficiente para causar medo”; e junto de Maximiano, homem de textura grosseira, colocou um fino oficial, Constâncio Cloro, que aliava à experiência militar uma ampla cultura, e que assim podia completá-lo. Uma rede de alianças de família e de adoções selou o sistema que mantinha o princípio de uma só autoridade em quatro pessoas, e cuja

unidade era assegurada pelo prestígio incontestável de que gozava o primeiro dos Augustos ¹.

Estabelecida nestas bases, a tetrarquia empreendeu uma vasta tarefa de salvaguarda e organização. Enquanto os burgúndios, os alamanos e outros teutões eram repelidos desordenadamente para além do Reno, e os persas do rei Narsés eram obrigados a ceder províncias situadas à esquerda do Tigre, destinadas a formar um escudo protetor em torno das planícies mesopotâmicas; enquanto a Bretanha, o Egito e a Cabila regressavam à ordem, e os *bagaudes* eram exterminados em Saint-Maur junto do Marne, realizava-se um imenso esforço para restabelecer o Império em bases sólidas.

A administração foi organizada de forma estritamente centralizada. O instrumento de ação do governo foi o antigo "Conselho do Príncipe", que existia desde Augusto, mas reforçado, remodelado e dotado de uma competência universal no que se referia à justiça e à administração, agora com o nome de "Consistório sagrado"; e Diocleciano fê-lo trabalhar a pleno vapor. O exército, aumentado, depurado e reforçado quanto à cavalaria, passou a ter como oficiais apenas soldados de carreira e deixou de estar vinculado à política; o poder militar e o poder civil eram agora coisas claramente distintas. Na administração local, a grande reforma foi a das províncias, novamente demarcadas e algumas delas fracionadas, mas ao mesmo tempo agrupadas em quadros novos: as *doze dioceses*. Quanto às finanças, objeto constante das preocupações imperiais, foram melhoradas com um novo cadastramento, um novo cálculo da receita tributária e uma reforma das moedas para melhorar a cunhagem; mas a verdade obriga a dizer que, quando Diocleciano tentou acabar com o alto custo de vida, recorrendo ao tabelamento mediante o *Edito do máximo*, de 301, não obteve — como é costume — senão resultados irrisórios, e a alta dos preços continuou.

Todo este esforço, porém, não deixa de ser grandioso. Estes imperadores da tetrarquia, que não publicaram menos de mil e duzentas leis, todas elas cheias de eqüidade; que multiplicaram os grandes trabalhos; que favoreceram as escolas, desenvolvendo a de Beirute e restabelecendo as de Autun e de Bordéus, bem merecem ser contados entre as grandes figuras romanas. Mas, a bem dizer, podemos falar ainda de Roma e das suas tradições?

Não. É um outro regime que se instaura; é o último arremate daque-

(1) Os requerimentos ao imperador deviam ser redigidos aos quatro personagens ao mesmo tempo. É esta uma das origens do uso do plural nos documentos de etiqueta, e depois nos de cortesia, que se observa em muitas das nossas línguas modernas.

las tendências que tinha sido possível discernir desde os princípios do Império e que agora triunfam definitivamente. Os senhores de Roma tomam como modelo os soberanos do Oriente: os antigos faraós do Egito, cujo absolutismo não tinha limites, e os reis sassânidas, que tão bem tinham sabido organizar o Império persa em proveito próprio. O que Diocleciano, os seus colegas e depois os seus sucessores impõem ao mundo romano é o velho sistema egípcio-helênico, que o país do Nilo, província pessoal do Príncipe, conservava havia dois milênios. Desenvolvimento da hierarquia oficial, regime de tributos em espécie e em trabalho gratuito obrigatório, estatutos rígidos para as corporações de ofícios hereditários, obrigatoriedade de o cultivador ficar preso à sua terra e de o artista e o comerciante continuarem na mesma profissão — tal é o colete de ferro, enfim, em que o Alto Império começara a encerrar o mundo e que Diocleciano afivelava. Tratava-se, em última análise, de funcionalismo e papelada, um conjunto de remédios a que sempre têm recorrido os regimes em declínio.

E eis que, no cume de todo este edifício grandioso, ainda que frágil, se ergue uma imagem nova, mais grandiosa ainda, realização derradeira das tendências e dos desejos antigos. Por cima de toda essa imensa multidão de vassalos, ergue-se o imperador-deus, o déspota oriental, o senhor todo-poderoso, cujo absolutismo reveste um caráter metafísico. Os imperadores da tetrarquia realizam lucidamente aquilo que haviam sonhado os mais loucos dos seus predecessores, como Calígula e Domiciano no século I, Cômodo no século II e Heliogábalo no III: fazem-se deuses em vida. Todo o espaço em que se movem é declarado sagrado: *sacrum palatium*, *sacrum cubiculum*. O seu título oficial é *dominus et deus* e a sua fronte adorna-se com o diadema místico, copiado dos sassânidas, símbolo do sol e da eternidade. O público só os vê vestidos à maneira de ídolos, com pesados tecidos bordados que caem em pregas resplandecentes, cintos de ouro, mãos e tornozelos cintilando com finas pedrarias. E todo aquele que lhes fale tem de cumprir o rito da *adoratio*, da *proschynesis*, *prostrando*-se profundamente e beijando uma das abas do manto imperial.

A mais terrível das perseguições

Entre semelhante regime, desde o instante em que ganhou forma, e um cristianismo cada vez mais consciente dos seus princípios e da sua força, o conflito era inevitável. E, com efeito, eclodiu com as mais terríveis características.

Mas não imediatamente. Quando Diocleciano organizou a tetrarquia, havia mais de trinta anos que os cristãos viviam em paz. As suas reuniões

realizavam-se à vista de toda a gente; podiam-se apontar as suas igrejas e dizer quem eram os seus bispos. Por toda a parte, nos altos postos, muitos magistrados municipais e funcionários do Império eram publicamente conhecidos como cristãos. Mesmo na corte, eram numerosos. Prisca, mulher de Diocleciano, e sua filha Valéria, esposa de Galério, mantinham estreitas relações com os cristãos e dizia-se correntemente que o César Constâncio Cloro estava em vésperas de converter-se — o que, aliás, era exagerado. Percebia-se por muitos indícios que chegara o ponto em que todo o paganismo estava prestes a desmoronar-se, minado pela nova doutrina. E durante dez anos, Diocleciano, que não podia desconhecer este estado de coisas, nada fez para modificá-lo.

São bastante obscuras as causas da perseguição que rebentou no ano 295. Nada anunciava que o grande reformador, tão preocupado com salvar a unidade do Império, enveredasse por esse caminho. Não era ele um Nero nem um Domiciano, e não havia nenhuma razão para que o considerassem desconfiado e cruel. Estava também longe de ser um fanático religioso ou o devoto de um novo culto, como o fora Aureliano e, mais tarde, havia de sê-lo Juliano.

As circunstâncias, por outro lado, não justificavam a perseguição, já que tudo corria bem no mundo romano. Os inimigos eram dizimados nas fronteiras e, assim, não havia necessidade de apontar ao povo maus cidadãos e inimigos dos deuses, no propósito de oferecer-lhe vítimas expiatórias, como sucedera nos tempos de Décio e de Valeriano. Chegou-se a perguntar se a crise não teria sido provocada pela introdução do rito da *adoratio* no cerimonial da corte, caso em que os cristãos, recusando-se a observar esse rito, teriam eles mesmos atraído a tempestade sobre as suas cabeças. Mas isto é apenas uma hipótese, não confirmada por qualquer episódio. Falou-se também da influência exercida pelos intelectuais anticristãos, que travavam nessa época uma luta violenta contra a nova doutrina. Entre eles contavam-se principalmente Porfírio, o filósofo neoplatônico que, do seu retiro da Sicília, disparava pesados dardos nos seus *Discursos contra os cristãos*, e os seus discípulos Hiérocles, o terrível governador da Bitínia, e o erudito Cornélio Labeo. Mas estes polemistas já eram lidos pelos imperadores e pelos que os rodeavam muito antes de que tivesse estalado a violência; por muito cáusticos que fossem, esses textos não explicam uma mudança tão brusca.

A verdade é que, à medida que progredia no caminho da organização pública e centralizadora, o sistema tetrárquico podia suportar cada vez menos qualquer espécie de não-conformismo². A oposição entre o cristianis-

(2) A perseguição estendeu-se também aos judeus e a intelectuais alheios ao cristianismo.

mo e este regime de coação oficial resultava da própria natureza dos dois adversários: já então a Igreja, em face do totalitarismo, assumia uma atitude de recusa e de resistência. Diocleciano acabou por compreender que os cristãos nunca colaborariam nos seus esforços e que se conservariam, substancialmente, na oposição.

Houve um homem que se encarregou de abrir-lhe os olhos a essa evidência: foi o seu César Galério. O historiador cristão Lactâncio, que frequentou a casa imperial e que, portanto, devia estar informado, afirma com todas as letras que Galério foi o responsável pela perseguição. Aquele rude dácio, que começara a vida como vaqueiro nas planícies do Danúbio, onde hoje se ergue a capital Sofia, se não tinha todos os vícios de que os cristãos o acusaram, não era certamente uma "mocinha". A influência de sua mãe, uma pitonisa do campo, as suas convicções sinceramente pagãs, e talvez o desejo de pregar uma peça à facção filo-cristã de Constâncio Cloro e do seu filho Constantino, foram fatores que determinaram a sua atitude. Lactâncio evoca de forma dramática a cena em que Galério, fortalecido pelo prestígio de numerosas vitórias, começa a exercer forte pressão sobre um Diocleciano já velho, desiludido e desejoso de abdicar, para obter dele as medidas de repressão contra os cristãos.

Galério era um bárbaro a quem não faltava astúcia, e soube fazer as coisas por partes. Como chefe do exército, começou por dar a entender que se tornava necessária uma depuração. Parece que tinha havido alguns casos de insubordinação por parte dos cristãos. Em Teveste, na Numídia, o recruta Maximiliano, um jovem exaltado, recusara-se a cumprir os seus deveres militares invocando a objeção de consciência; em Tânger, o centurião Marcelo, no meio de um banquete solene em comemoração do aniversário do imperador, lançara por terra o cinturão e insultara os ídolos. Ambos foram executados, mas esses casos não deviam ser os únicos. Decidiu-se, portanto, que os militares cristãos fossem intimados a sacrificar aos deuses, se quisessem conservar os seus postos; se não o fizessem, seriam degradados ignominiosamente e expulsos do exército. Muitos cristãos tiveram de abandonar as fileiras e, em alguns lugares, o excesso de zelo originou diversos martírios. No entanto, nada disso foi tão terrível; Galério permanecia à espera de coisa melhor.

A verdade é que os acontecimentos o ajudaram — e sabemos que não é difícil ajudar os acontecimentos, quando estes demoram. Diocleciano hesitava em desencadear a perseguição geral; falava em reunir um conselho de altas personalidades e em interrogar os seus funcionários. Mas, em 302, quando os arúspices — adivinhos imperiais — de Antioquia consultavam as entranhas das vítimas e não achavam quaisquer indícios do futuro, o seu chefe, um tal Tângis, declarou que a presença dos cristãos na escolta blo-

queava os poderes divinos, e que, fazendo o sinal da cruz, esses homens tinham conseguido frustrar todos os vaticínios.

Impressionado, Diocleciano acabou por ceder, e os conselhos reunidos pronunciaram-se pela solução da força. Consultado o oráculo de Apolo em Mileto, teve uma resposta tão estranha como a exclamação do arúspice de Antioquia: "Certos homens espalhados pela terra impedem-me de prever o futuro". Estavam lançadas as sortes. Preparou-se um edito ordenando que cessassem as assembléias cristãs, que fossem demolidas as igrejas e destruídos os livros sagrados, e que todos os cristãos que desempenhassem funções públicas fossem obrigados a abjurar. Já na véspera do dia em que o edito devia ser promulgado (24 de fevereiro de 303), a polícia de Nicomédia, num excesso de zelo, saqueava a igreja da capital e prendia fogo aos livros litúrgicos.

Este primeiro edito, de per si, não era sanguinário. Diocleciano, visivelmente, não se decidia a golpear com toda a força. Mesmo quando um cristão desesperado rasgou o edito em plena praça de Nicomédia, o que lhe valeu ser imediatamente entregue às chamas, o imperador não reagiu especialmente ao incidente. Era preciso mais. Pouco depois, porém, por duas vezes se ateou fogo às imediações do palácio imperial, sem que se descobrisse o modo; mas hoje sabemos muito bem como são cômodos os incêndios, quando alguém pretende desembaraçar-se dos seus adversários. Galério abandonou a capital, gritando que não queria ser queimado vivo e insinuando que não teria dificuldade alguma para encontrar os responsáveis.

Desvairado, Diocleciano julgou-se rodeado de traidores. Exigiu que a mulher e a filha abjurassem expressamente, mandou prender o seu camareiro-mor, o cristão Doroteu, assim como o bispo Antima e grande quantidade de sacerdotes e fiéis, que pereceram no meio das mais horríveis torturas. Três editos sucessivos acentuaram passo a passo o rigor das medidas, e pôs-se novamente em vigor a ordem de Décio pela qual todos os cristãos eram obrigados a sacrificar. Desencadeava-se a perseguição sangrenta através do Império.

Foi espantosa esta última — e a pior — das grandes perseguições. A Igreja do Egito adotará mais tarde o costume de considerar o governo de Diocleciano como o início de uma nova era cristã — a era dos mártires. A prova durou cerca de dez anos. O Ocidente foi pouco atingido, porque Constâncio Cloro, senhor de uma grande parte dos territórios e simpatizante das idéias cristãs, reduziu ao mínimo a repressão na Gália e na Bretanha, onde apenas algumas igrejas foram devastadas por simples formalidade. Mas quase por toda a parte não foram apenas derrubados muros: correu sangue em abundância.

Seria bem doloroso enumerar todas as crueldades que se puseram em prática e as suas vítimas. Nenhuma perseguição nos deixou tantas narrativas impressionantes de martírios, cujos pormenores a tradição nos conservou. O nível de horror varia, como sempre, segundo o temperamento dos magistrados locais; uns, como Basso na Tessália, retardavam e atenuavam o mais possível as atrocidades; outros, como esse Hiérocles do Baixo Egito, de quem Chateaubriand pintou um retrato horrível, levavam ao requinte as torturas e inventavam algumas dignas de verdugos chineses. No conjunto, já não é a multidão pagã que reclama, como outrora, a perseguição: é o rigor oficial que se aplica, administrativo, automático, a maior parte das vezes inacessível a qualquer sentimento. É o Estado — “o mais frio de todos os monstros frios”, no dizer de Nietzsche — que fere sem piedade.

Entre tantas figuras admiráveis, há algumas que a piedade cristã cercou de uma glória particular e que bem merecem ser citadas. É na Itália São Sebastião, tribuno de uma coorte pretoriana, cujo suplício oferecerá à arte da Renascença o pretexto para nos legar um belo corpo transpassado de setas encarniçadas. É Santa Inês, a doce pequena mártir, condenada ao encerramento num lupanar por se ter recusado a desposar um pagão, e que foi miraculosamente ocultada pela sua longa cabeleira e defendida pelos anjos, sendo por fim decapitada. É em Roma o papa Marcelino; em Siracusa, na Sicília, é Santa Lúcia, cujo sangue ainda hoje é mostrado em Nápoles; e muitos, muitos outros...

As províncias do Oriente, comandadas por Galério, foram as mais duramente atingidas: “Na Arábia — conta Eusébio —, matava-se a machadadas; na Capadócia, cortavam-se as pernas; na Mesopotâmia, alguns foram pendurados pelos pés, e acendiam-se em baixo fogueiras cujo fumo os asfixiava; algumas vezes cortavam o nariz, as orelhas ou a língua. No Ponto, cravavam espinhos debaixo das unhas ou lançavam chumbo derretido sobre as partes mais sensíveis”. Na Frígia, assim como na Palestina, foram chacinadas cidades inteiras de cristãos. O Egito, que já no tempo de Décio tinha mostrado um sadismo particular, excedeu sem dúvida todos esses horrores, dando à crueldade requintes que não nos atrevemos a transcrever e acrescentando a tudo isso a infâmia. Felizes as cristãs que tiveram a sorte de morrer amarradas nuas a um poste! Muitas outras tiveram de sofrer até às fezes o suplício de que a virgem Inês foi poupada.

Assim, no extremo da decadência, quando os valores morais perderam todo o prestígio, vemos uma sociedade, um regime, embriagar-se com o prazer sádico da tortura; e o começo do século IV não renuncia ao privilégio desses espetáculos.

A mão do carrasco treme

A perseguição atingia o seu clímax quando ocorreu no Império um acontecimento que deixou muita gente estupefata. Em novembro de 303, Diocleciano celebrava em Roma as suas *Vicennalia*, os seus vinte anos de governo, e também o “triunfo” com que o Senado o tinha galardoado em 287. Seis meses mais tarde, Maximiano presidia aos tradicionais “jogos seculares” com que se comemorava todo o passado glorioso da raça latina. Preparavam-se já as *Vicennalia* do segundo Augusto, previstas para 1º de março de 305. Ora, foi exatamente nesse dia que se produziu um lance verdadeiramente teatral. O Império soube que os seus dois senhores haviam abdicado simultaneamente, um em Nicomédia e o outro em Milão, promovendo os dois Césares, Galério e Constâncio Cloro, à categoria de Augustos, e que se tinham retirado para domínios longínquos.

São pouco claras as razões que levaram Diocleciano a tomar uma tal decisão, pois foi ele, sem dúvida, quem a tomou, limitando-se Maximiano a aceitá-la com pesar. Os grandes atos pelos quais homens no auge do poder dele se apeiam voluntariamente e sem qualquer acontecimento que os obrigue a isso, ficam sempre envoltos em mistério. No caso de um Carlos V, ainda podemos invocar a sua fé cristã, a humildade e o desejo de se preparar para a morte. Mas, quanto a Diocleciano? Porventura este sexagenário, prematuramente gasto pelas fadigas, sentia-se incapaz de assumir as responsabilidades que seu elevado sentido do dever lhe impunha? Queria ele ver como a sua obra funcionaria depois da sua retirada? Ou devemos pensar que este homem, que sentira sempre um grande desprezo pelos outros, julgou ter feito o suficiente e se demitiu muito naturalmente? Retirou-se, pois, para o éden da Dalmácia e ali passava os dias vendo as ondas verdes do Adriático embaterem contra as escarpas de Spalato. E quando a anarquia reapareceu no Império e um emissário de Roma lhe foi pedir que voltasse a empunhar as rédeas do governo, Diocleciano, sem lhe responder, levou-o aos seus jardins e disse-lhe com um sorriso de ironia: “Olha como estão viçosas as minhas couves!”³.

Este fato político trouxe para a Igreja uma feliz conseqüência. Tendo ficado senhor de todo o Ocidente o tolerante Constâncio Cloro, a perseguição parou nos países onde começara, como por exemplo na Espanha. O novo César destas regiões, Flávio Severo, embora bastante duro, preferiu mostrar-se conciliador. “As regiões situadas para além da Ilíria, escreve Eusébio, isto é, a Itália inteira, a Sicília, a Gália e todos os países do

(3) Daqui a expressão proverbial “plantar couves” como sinônimo de retirar-se, de aposentar-se.

Ocidente, a Espanha, a Mauritânia e a África, depois de terem sofrido o furor da guerra durante os primeiros anos da perseguição, prontamente obtiveram da graça divina o benefício da paz”. Paz total? Paz definitiva? A Igreja, na sua sabedoria, tinha dúvidas em admiti-lo, e foi talvez por prudência que, durante quatro anos, a cristandade romana não deu sucessor ao papa Marcelino.

O Oriente, porém, depois de entrever um tênue luar de esperança, viu novamente desencadear-se a procera. Logo que chegou aos seus estados, o novo César Maximino Daia aconselhou os seus funcionários, segundo se diz, a empregar mais a doçura do que a brutalidade para atrair os cristãos ao culto oficial. Os resultados dessa mansidão, como era de esperar, foram irrisórios, e esse homem brutal, ébrio e supersticioso, enraiveceu-se e voltou apressadamente aos métodos do seu tio e superior Galério. “Então, continua Eusébio, viu-se o mundo romano dividido em duas partes. Todos os irmãos que viviam numa delas gozavam dos benefícios da paz; os que viviam na outra estavam submetidos a inúmeras provas”. Publicou-se a seguir o edito de 306, que obrigava todos os súditos a fazerem sacrifícios públicos aos deuses, e percorreram-se as ruas, uma por uma, chamando cada um dos moradores pelo seu nome, para que ninguém pudesse escapar⁴. Foi nessa ocasião que o Egito passou por um dos seus maiores sofrimentos. Como os funcionários e magistrados não ignoravam o nível moral dos seus superiores Galério e Maximino Daia, aproveitaram-se disso e a perseguição tornou-se o meio de satisfazerem os seus vícios e ambições. Viu-se então o que jamais se tinha visto: cristãos suicidarem-se para fugir à desonra.

Entretanto, o sistema tetrárquico abria fendas por todos os lados. Diocleciano, que havia trabalhado tanto para unificar, centralizar e estatizar a vida do Império, preparara ao mesmo tempo, com a multiplicação das capitais e das cortes, a vitória das forças centrífugas que em pouco tempo haviam de esfacelá-lo. Enquanto se manteve no poder, como a massa poderosa de uma muralha, as naus dos outros imperadores conservaram-se amarradas ao seu plano; mas, depois do seu afastamento, havia numerosas razões para que cada um dos seus sucessores começasse a navegar por conta própria. Galério detestava Constâncio Cloro, por ser este mais velho do que ele, porque o nome dele passava sempre à frente do seu nos atos oficiais, e sobretudo porque o considerava de uma espécie diferente da sua; Maximiano continuava no seu retiro da Lucânia, remoendo o desgosto

(4) No ano 306, deu-se também o curioso episódio dos “Quatro Santos coroados”, artistas escultores que foram requisitados pelo próprio Diocleciano para trabalhar num Esculápio destinado ao seu palácio; recusaram-se a fazê-lo e foram martirizados na presença do ex-imperador.

pela retirada que lhe fora imposta; por último, como o sistema tetrárquico estabelecia que cabia ao Augusto designar o respectivo César, os herdeiros naturais facilmente se encontravam afastados do trono. Era o que acontecia com Maxêncio, filho de Maximiano, e Constantino, filho de Constâncio. Estes dois jovens impetuosos não se resignavam a permanecer à margem, e os seus rancores, ora aliados, ora rivais, não tardariam a manifestar-se.

Do seu retiro do Adriático, Diocleciano esperava talvez contemplar o espetáculo harmonioso do perfeito funcionamento da maquinaria que tinha montado: fronteiras seguras, administração bem dirigida, finanças equilibradas e a ordem reinando por toda a parte. Mas a verdade é que, antes de morrer em 315 ou 316, só pôde presenciar o reaparecimento exato de todas aquelas misérias que procurara sanar a todo o custo. Surgiu novamente a doença da sucessão, que fora sempre a do Império. Durante nove anos, travaram-se lutas civis tão violentas como as da anarquia militar no século anterior. As legiões voltaram a fazer ou a executar imperadores com a maior facilidade⁵. Em certo momento, houve nada menos que seis Augustos simultaneamente, todos pretendendo ser os únicos, cada um deles evidentemente dotado do seu exército. Muitas províncias conheceram de novo as amarguras e as ruínas da passagem de tropas e das batalhas. E mesmo quando aparecer o vencedor — Constantino —, serão necessários dez anos para que ele se imponha. De 305 a 324, o mundo romano não soube o que era a paz.

Esta decomposição do Império colocou o cristianismo numa situação ao mesmo tempo complexa e precária. A Igreja encontrava-se balançando sobre as vagas dessa tempestade, e em muitos casos a sua sorte esteve ligada ao destino deste ou daquele pretendente. Bastava que um dos Augustos fosse indulgente para com ela, para que, no caso de ser derrubado, o seu sucessor fizesse marcha-à-ré e a perseguisse. No meio de todas estas perturbações, a Igreja continuava, pois, a sofrer terríveis provações aqui e além; no entanto, observa-se um fato importante, cada vez mais nítido: uma espécie de hesitação na violência anticristã, proveniente, com certeza, de se reconhecer a força política que a Igreja agora representa, e de alguns dos adversários políticos desejarem fazer dela uma aliada.

Enquanto em Roma Maxêncio, homem folgazão e cético, permite tranquilamente que os cristãos reorganizem as suas paróquias, abram novos cemitérios e elejam o papa Marcelo; enquanto as províncias do Danúbio, governadas por Licínio, contam poucos mártires, as infelizes cristandades do

(5) Em Roma, a multidão apedrejou e derrubou as estátuas de Diocleciano. *Sic transit gloria mundi...*

Oriente, entregues a Maximino Daia, continuam a sofrer o seu calvário. É agora que cai na Palestina São Pânfilo, sábio sacerdote e doutor, amigo do historiador Eusébio. É agora que no Egito, juntamente com muitos jovens de ambos os sexos, morre o bispo Fíleas, aparentado com as mais nobres famílias do país, bem como um oficial das tropas romanas, Filoromo, que, acusado de ser cristão, foi decapitado por ordem do prefeito.

Mas a sorte dos que não morriam era pior, pois as cristãs continuavam a ser entregues à prostituição e os homens eram mandados para as pedreiras de Tebas e para as minas da Palestina e de Chipre, onde os viam chegar como enormes rebanhos — hediondos forçados marcados pelo fogo, privados de um olho ou estropiados por qualquer amputação. Maximino foi tão longe no seu fanatismo que a sua ferocidade se tornou absurda: chegou a ordenar que se regassem com água lustral pagã todas as mercadorias expostas nas lojas ou nos mercados, e que ninguém pudesse entrar nas termas sem primeiro ter queimado incenso aos deuses.

Estavam as coisas neste pé quando um episódio dramático veio mostrar quanta fraqueza se dissimulava por trás de todas essas violências. Galério, o velho militarão, o Augusto de quem dependia o Oriente, e que certamente fora o autor de toda essa crise e o responsável por todos os horrores perpetrados por Maximino — esse Galério capitulou bruscamente. Lactâncio, no livro vingador em que evoca *A morte dos perseguidores*, reproduziu minuciosamente todo o drama. Atacado de uma doença horrível — alguma lepra oriental, acompanhada de hemorragias, gangrena e pulular de vermes nas chagas —, o imperador, depois de perder a esperança nos seus curandeiros e adivinhos, chegou a admitir que o seu mal era um castigo e quis reconciliar-se com o Deus dos cristãos. Por outro lado, tudo se desmoronava à sua volta: a ordem e a paz estavam em ruínas. Nestas condições, valia ainda a pena, em nome do princípio de uma irrisória unidade, continuar a espalhar tanto sangue? Assinou um edito em 30 de abril de 311 — que Licínio e Constantino rubricaram — pondo fim à perseguição. Lactâncio leu-o nas muralhas de Nicomédia. É um edito estranho, em que o imperador, mal-humorado, começa por censurar aos cristãos a sua “teimosia” em desprezar as instituições religiosas de Roma, mas acaba por reconhecer o malogro das medidas de violência e conclui dando-lhes a liberdade de existência. Era a mais estrondosa vitória que o heroísmo dos mártires tinha alcançado; a mão do carrasco tremava perante a sua coragem e deixava cair a espada.

O edito foi promulgado na maior parte do Império, mesmo no Ocidente, onde não era de muita utilidade, pois Constantino nunca organizara qualquer perseguição; e também na Itália, onde Maxêncio, que os outros imperadores consideravam um intruso, não quis ficar atrás e resolveu

acatá-lo. Restava Maximino Daia, César de Galério, que não podia ter o edito do seu superior por letra morta, mas reduziu ao mínimo a sua aplicação, limitando-se a simples ordens verbais: mandou abrir as prisões, deixando sair os que haviam confessado a sua fé. Mas fê-lo de má vontade e na disposição de prendê-los novamente. A partir do fim de 311, esse fanático tratou de tirar aos cristãos o pouco que lhes tinha concedido, chegando a proibir sobretudo, sob diversos pretextos, as assembleias cristãs. E quando Galério acabou de morrer, Maximino Daia, senhor de todo o Oriente, reativou a perseguição com uma alegria feroz.

Foi o último ato desta grande e longa tragédia, que se fez acompanhar de novas variantes. Impelido por um ódio bárbaro, Maximino procurou atingir os cristãos não só nas suas pessoas, mas também na sua fé. Por meio de cartazes, conferências, panfletos e até cursos nas escolas, encorajou uma campanha polêmica que tinha em vista minar a doutrina cristã. Mandou afixar nas paredes pretensas confissões arrancadas a adeptos de Cristo sobre os seus costumes infames e fez difundir não só a velha biografia de Apolônio de Tiana por Filóstrato — que no século anterior alguns tinham querido opor ao Evangelho —, mas também um libelo sacrílego, um apócrifo proveniente não se sabe de que seita herética e denominado *Atos de Pilatos*, verdadeira paródia dos textos sagrados, cheio de erros materiais, em que, “Pilatos”, sob o pretexto de contar os acontecimentos do processo de Jesus, desnatura completamente a sua pessoa e a sua mensagem⁶.

Ao mesmo tempo que desenvolvia esta campanha, Maximino, como era de esperar, perseguia principalmente os chefes da Igreja. Metódio, bispo de Patara; Pedro, o último dos grandes doutores de Alexandria; o bispo Silvano de Émeso; e o exegeta Luciano de Antioquia foram outras tantas vítimas destes novos rigores. Com muita freqüência o imperador se fazia convidar pelas municipalidades a abrir oficialmente uma campanha contra o cristianismo — astúcia propagandística bem conhecida e bastante grosseira, que prova sobretudo que a perseguição não era muito popular, se era preciso estimulá-la por tais meios. Com efeito, Maximino começava a recuar. A caridade mostrada pelos cristãos durante uma peste e uma fome comoveu a opinião pública. Começava-se a sentir o cansaço de tantas violências e de tanto sangue derramado por nada. Além disso, a tentati-

(6) Nesta luta contra o cristianismo, Maximino Daia teve também uma idéia curiosa que seria aproveitada por Juliano, o Apóstata: ir buscar ao sistema hierárquico da Igreja o modelo de um clero pagão. Ao mesmo tempo, ressuscitou a velha teoria sincretista, tentando fazer do Júpiter solar de Antioquia um deus superior e dotando-o de um clero, de uma associação de mistérios e até de um oráculo, cujas primeiras palavras — como era de prever — seriam pedir ao imperador que destruísse os cristãos.

va, feita pelo fanático, de aplicar os mesmos métodos na Armênia cristã degenerara numa catástrofe.

Mais um carrasco começava a deixar cair o braço, quando a intervenção de Constantino pôs termo, finalmente, a esse estado de coisas.

As últimas testemunhas

Se a perseguição desencadeada em 303 foi a mais violenta de quantas a Igreja sofreu durante dois séculos e meio, foi também uma das mais abundantes em figuras admiráveis, em exemplos sobrehumanos de força de alma e de intrepidez. Não quer isto dizer que não tenha havido fraquezas e até traições; e a grande crise do cisma donatista, mostrando como continuava a ser grave a velha questão do perdão dos apóstatas, prova que era elevado o número de traições. “Sacrificai — diz um magistrado instrutor, segundo narra uma *Paixão* —, pois bem sabeis que toda a África faz o mesmo!”. É certamente um exagero, uma astúcia de interrogatório, mas não deixa de ser sintomático que um historiador cristão tenha registrado essas palavras.

Mas, se neste quadro trágico os casos de deserção constituem um fundo sombrio, servem também para que se distingam melhor, em plena luz, os muitos rostos heróicos. A intrépida segurança que, desde os primeiros tempos, desde Santo Estêvão, tantas testemunhas de Cristo haviam patenteado, vamos nós encontrá-la nos últimos mártires, arraigada em seus corações com a mesma solidez. E talvez mais, se é possível, que nos seus predecessores, pois os indícios que já pudemos colher no decurso do século III, ao lermos as *Atas* dos suplicios, dão-nos a impressão de que os cristãos sentem a vitória cada vez mais próxima e têm consciência de representarem a suprema vaga cujo assalto fará ruir a fortaleza pagã.

Podemos abrir ao acaso textos recolhidos nas “*Paixões*”, ou em Eusébio e Lactâncio, que não deixaremos de encontrar abundantes provas do heroísmo, da generosidade e da comovente simplicidade destes mártires. Mesmo nos primeiros tempos da perseguição, quando o edito imperial não obrigava à apostasia, foram numerosos aqueles e aquelas que arriscaram a sua vida simplesmente para impedir o que lhes parecia o pior dos sacrilégios: a destruição dos livros sagrados. É o bispo africano Félix que, intimado a entregar os exemplares que tinha em seu poder, responde: “Prefiro ser queimado a deixar queimar as divinas Escrituras”. É a jovem Santa Irene, em Salônica, cujas duas irmãs já tinham sido martirizadas, e que declara igualmente: “Nós preferimos ser queimadas vivas ou sofrer tudo o que quiserem a entregar os livros”. Tinham esses livros guardados num es-

conderijo da sua casa, tristes por não os poderem ler há tanto tempo, mas cheias da fé e da esperança que neles tinham haurido; e essa fé e essa esperança eram tão firmes que nem a morte dos seus corpos nem a destruição de todos os exemplares podiam prevalecer contra elas. Por isso afirma soberanamente o diácono Hermes de Heracléia: “Juiz, se as tuas impiedosas pesquisas fossem coroadas de êxito, se conseguisses apoderar-te de todos os nossos Livros Santos, e em todo o universo não restasse um traço escrito da nossa santa tradição, fica sabendo que os nossos filhos, fiéis à memória de seus pais e animados pelo zelo da sua própria salvação, bem depressa teriam feito volumes em maior número e ensinariam com muito mais ardor o respeito e o temor do Senhor!”

Quando a perseguição se torna mais apertada, quando se trata de que cada fiel se pronuncie mediante um *sim* ou um *não*, é então que surge diante de nós uma imensa galeria de figuras intrépidas, cuja coragem percorre toda a escala do heroísmo, desde a tranquilidade sorridente até a exaltação fanática de certos jovens cristãos. Eis um fragmento do interrogatório de Ágapa, Quiônia e Irene, as três irmãs, e de outras cristãs de Salônica que as acompanhavam na prova. — Tu, Ágapa: que dizes? — Creio no Deus vivo e não abandonarei o caminho da verdade. — E tu, Irene? Por que desobedeces ao imperador? — Por temor de Deus. — E tu, Quiônia, que dizes tu? — Creio no Deus vivo. Não cometi qualquer impiedade. — E tu, Cássia? — Quero salvar a minha alma. — Então não queres sacrificar? — Não. — E tu, Filipa? — A mesma coisa. — Que queres dizer com “a mesma coisa”? — Que prefiro morrer a comer vítimas oferecidas aos ídolos”. E o interrogatório continua assim ao longo de três páginas e, de uma ponta a outra, ressalta sempre a mesma resolução fria e lúcida; percebe-se que o magistrado dá contra uma muralha de aço.

Vejamos em Sírmio, no Danúbio, o caso de um bispo muito jovem. Belo, dotado de todos os predicados, tendo pela frente uma carreira brilhante, Irineu é feliz na vida. Casado, pai de vários filhos (lembremo-nos de que o celibato não era ainda obrigatório), conhece o valor e a doçura da vida. Quando é preso, seus pais e filhos pedem-lhe que apostate e a multidão grita-lhe: “Tem piedade da tua juventude!”. Nada o demove. Enquanto o torturam no cavalete, o governador repete-lhe: “Sacrifica! Sacrifica!”. E no meio de um horrível sofrimento, o jovem príncipe da Igreja tem forças para responder com superior ironia: “Sacrificar? Mas estou sacrificando ao Deus que é o meu e a quem tudo sacrifiquei!”

Na Palestina, em Cesaréia, há casos idênticos passados com jovens. Afianos e Edésios, dois ricos estudantes da universidade de Beirute, conheciam a fundo as Sagradas Escrituras. Tendo voltado a casa dos pais, fazem

propaganda do cristianismo com a audácia dos seus vinte anos. Um dia, quando o governador romano ia proceder a um sacrifício, Afianos aproxima-se dele, agarra-lhe a mão, impede-o de derramar o vinho das libações rituais e diz-lhe com voz calma: "Não é permitido sacrificar a ídolos sem vida..." Presos, torturados com requintes atrozes (envolveram-lhes os pés com pesos embebidos em azeite e puseram-lhes fogo), os dois jovens resistem a todos os suplícios com uma espécie de prazer esportivo. Para acabar com eles, foi preciso lançá-los ao mar, ao que Eusébio acrescenta que imediatamente o Mediterrâneo, num movimento brusco de marés, restituiu os seus corpos.

Poderíamos multiplicar facilmente os exemplos e citar muitos outros nomes mais notórios, mas não mais significativos. Já falamos de Sebastião, Pânfilo, Fíleas, Luciano, Inês e muitos outros. É à perseguição de Diocleciano que estão ligados os nomes dos três mártires que figuram no cânon da missa (oração eucarística I): Cosme e Damião, médicos de origem árabe martirizados na Palestina, e Crisógono, que morreu em Aquiléia; como também um grande número daqueles que se chamam os "catorze santos auxiliares" e que são célebres na Igreja católica pela eficácia da sua intercessão: São Jorge, que se julga ser o cristão que rasgou o edito de Nicomédia e cuja intrepidez o tornou padroeiro dos soldados; São Brás, bispo da Armênia; Santo Erasmo, eremita no Líbano, martirizado na Campânia, e por quem São Bento virá a ter uma grande devoção; São Pantaleão, que os médicos veneram como padroeiro secundário, depois de São Lucas; e, para limitar aqui um rol em que nem todas as atribuições nem todos os pormenores são evidentemente artigos de fé, duas santas célebres: Santa Margarida de Antioquia, cujo nome será aclimatado no Ocidente pelos cruzados, e Santa Catarina, jovem estudante de Alexandria que, segundo se conta, foi mandada dilacerar por rodas providas de espadas, tendo sido transportada depois de morta pelos anjos para o Sinai, onde se ergue hoje o convento que tem o seu nome.

Contra a força de ânimo de tantos heróis, mostrou-se inútil o esforço dos poderes constituídos. Os magistrados de Roma inventaram uma multiplicidade inaudita de suplícios, renovaram sem cessar os meios de tortura e de matança, mas de nada adiantou. Mais uma vez a violência teve de se confessar vencida. Chegaram a empregar-se meios absurdos, tais como abrir a boca dos cristãos e introduzir-lhes pela goela abaixo a carne dos sacrifícios e o vinho das libações, mas isso só serviu para provocar o desgosto das multidões e a sua simpatia pelos cristãos. Como já se vira no século III, e depois se verificou em grau mais elevado durante a perseguição de Diocleciano, havia já um certo cansaço e desânimo em face de tais métodos, e os ambientes pagãos deixam-no perceber claramente. No Egito,

foram os pagãos que muitas vezes ocultaram os cristãos fugitivos, felizes de poderem pregar uma partida à polícia.

Acontecia com freqüência que os meios empregados pelos funcionários de Roma produziam o efeito exatamente contrário ao desejado. Quando, em Egéia de Cilícia, uma cristã que estava sendo torturada completamente nua e de maneira ignóbil, gritou para o governador: “Tratando-me assim, estás desonrando a tua mãe e a tua esposa, porque nós, mulheres, somos todas solidárias no nosso sexo” —, não houve mulher alguma da assistência que não recebesse essas palavras como um ferro em brasa a descer-lhe até o mais fundo da consciência.

Vários episódios desta perseguição assumiram proporções de lenda, o que não quer dizer que não tenham um fundo de verdade. Uma é a paixão de São Gens, a patética história de um histrião acostumado a representar peças burlescas, que teve a idéia de pôr em cena, no teatro imperial, uma dessas farsas à custa do cristianismo; nela, macaqueava os ritos sagrados dos cristãos, vestia a túnica branca dos neófitos e fazia-se batizar em meio a grandes gargalhadas e trejeitos. Pouco a pouco, porém, começa a sentir-se interessado pela religião que ridicularizava, até que um dia, tocado pelo apelo do Deus do amor, se fez batizar realmente, proclamou a sua fé cristã e morreu torturado sobre o palco, pela última vez e pela boa causa.

Quanto ao célebre episódio da Legião de Tebas, de São Maurício e dos seus companheiros e soldados, se é natural que as narrativas do século VII o tenham amplificado, o seu fundo histórico é muito verossímil. Uma legião recrutada principalmente no Egito e acampada no alto Ródano, em Valais, recebe ordem de ir executar cristãos da Gália. Como essa legião é na sua maioria composta por cristãos, perante o apelo dos seus chefes Maurício, Exupério e Cândido, recusa-se a obedecer. Dizimada por duas vezes, persevera na sua rebelião e é, por fim, totalmente aniquilada. Se pensarmos nos muitos exemplos conhecidos de magistrados romanos que não executavam ou executavam tibiamente as ordens de perseguição, de oficiais e soldados abertamente cristãos — como Filoromo no Egito, Maximiano, Marcelo e Júlio na África, ou ainda como esses “quarenta soldados mártires” que morreram na Armênia, expostos nus em pleno inverno dentro de um lago gelado, e dos quais possuímos a última carta coletiva —, se pensarmos em todos esses exemplos, a atitude da legião tebana não tem nada de inadmissível.

Mas esses fatos tinham o valor de sinais. Os imperadores já não se sentem com forças para enfrentar o cristianismo, e o mundo pagão já não se atreve a travar a luta final contra Cristo. Contava-se em Roma, que, no fim de um suplício de cristãos, os raios se tinham desencadeado subita-

mente com tal violência que o anfiteatro do Vaticano se fendera e as estátuas jaziam despedaçadas. Ouviu-se então do meio da multidão — a tal ponto tinha a consciência intranquã! — uma voz que gritou: “Os deuses se foram...” É certamente um conto, pois o povo gosta do maravilhoso. Mas estava próximo o tempo em que uma batalha muito singular, travada a uma légua da colina do Vaticano, iria converter em realidade esta fábula profética.

“Com este sinal vencerás”

O homem que, em 312, ia mudar de um golpe os destinos do Império e o curso da história era um jovem príncipe de trinta e dois anos, por quem a Fortuna — ou a Providência — parecia ter sempre velado. Filho daquele Constâncio Cloro que, como César e depois como Augusto do Ocidente, sempre dera provas nos seus Estados, não só de firmeza, mas até de clemência, nascera em Naisso (Nisch), na atual Sérvia, por volta do ano 280.

Pelo lado paterno, estava ligado a uma nobre família romana da Ilíria, com a qual era aparentado o imperador Cláudio II, o Gótico. Sua mãe, que o cristianismo viria a rodear de veneração e de glória, era Helena, mulher de condição bastante modesta — criada de estalagem, diziam as más línguas, ou filha de um hoteleiro da Ásia Menor, diziam outros — que, seja como for, Constâncio não desposara legalmente. Educado na corte de Nicomédia, sob os próprios olhos de Diocleciano, isto é, em parte como pajem e em parte como refém, Constantino entrou aos quinze anos para o exército e aos dezoito era já “tribuno de primeira fila” — pouco mais ou menos general de brigada — e tornara-se conhecido por uma coragem física indefectível.

Quando Diocleciano se retirou, Galério achou prudente conservar junto de si um rapaz tão lançado, tão corajoso, por quem os soldados nutriam uma louca admiração. Conta-se mesmo que, mais tarde, o velho Augusto sanguinário tentara ver se a sorte o livrava desse possível rival: aproveitando-se da sua bravura um pouco orgulhosa, lançara-o em estranhas aventuras, desafiando-o uma vez a combater um leão (sic!) e outra um sármata gigantesco; mas o jovem príncipe arrostarta incólume todos os perigos. Suficientemente esperto para farejar as ciladas que lhe armavam — e receando talvez alguma maquinação definitiva —, Constantino não esperava senão uma ocasião propícia para afastar-se de Galério. Como seu pai Constâncio o tivesse reclamado oficialmente, porque estava muito doente e tinha necessidade de um adjunto na expedição à Inglaterra que pre-

parava contra os pictos, o jovem príncipe arrancou do Augusto licença para se ausentar e abalou imediatamente pela estrada de Bolonha do Mar, tendo o cuidado, para maior segurança, de ir mutilando os cavalos de posta em cada etapa, para que, quando Galério reconsiderasse e se lançasse no seu encalço, não tivesse meios de o alcançar.

Muito alto e forte, de tez morena, espáduas largas e nuca espessa, Constantino era desses homens cujo aspecto físico já obriga a respeitá-los. Entregue às ocupações impostas pela sua categoria, mantinha habitualmente um ar de gravidade serena, a que uma real gentileza e uma ironia natural emprestavam um matiz de afabilidade levemente zombeteira. Todas as suas estátuas o apresentam majestoso, sério, de fronte austera, a boca ávida e com qualquer coisa de pueril e de inocente nos olhos muito abertos. Inteligente, mas de cultura medíocre, estropiava o grego e respeitava as letras, embora não as praticasse.

Do ponto de vista moral, era dotado de uma natureza complexa, cujas contradições são significativas: modelo de uma vontade férrea que bruscamente desfalece, cede por vezes ao desânimo e passa a aceitar todas as influências; homem generoso, amigo da clemência, muitas vezes explode em violências sanguinárias e se mostra de uma terrível crueldade, misto de humildade sincera e de um orgulho que nenhum louvor poderá apaziguar. Por todos os traços que nele se notam é, literalmente, um bárbaro, não no sentido moral e pejorativo da palavra, mas no sentido psicológico, um homem de transição, instável, ligado a tradições e princípios que não compreende, mais instintivo do que político, mais supersticioso do que racional, um homem inteiramente voltado para o futuro.

Quando Constâncio Cloro morreu em York durante a campanha britânica, em 306, as legiões proclamaram-no Augusto, sem que Galério tivesse sido consultado; este limitou-se a conceder ao jovem a dignidade de César, com o que Constantino se conformou provisoriamente. As brilhantes vitórias alcançadas sobre os alamanos e os francos, a construção de uma ponte sobre o Reno, em Colônia, a captura dos reis germanos Ascário e Ragueze, que foram lançados às feras, acabaram por garantir-lhe a dedicação das suas tropas.

Torna-se então um poder, o único poder do Ocidente. Por isso, quando no ano seguinte Maxêncio, filho de Maximiano, invejoso desses louros e ressentido por se ter visto preterido em favor de Maximino Daia, dá um golpe de estado em Roma, proclama-se Augusto e coloca no poder, junto de si, o seu velho pai, é para Constantino que se voltam os dois novos senhores da Itália, pretendendo pregar entre os três uma peça aos senhores do Oriente. Constantino desposa Fausta, a sedutora filha de Maximiano que conhecera em Nicomédia e que o tinha presenteado com um

capacete de ouro por ocasião da sua aventureira partida. Mas, nestes tempos conturbados, os entendimentos políticos são frágeis. Passam-se alguns meses e Maximiano tenta liquidar o genro. Fausta, avisada, finge entrar na conspiração e previne o marido, que vigia o sogro, apanha-o em flagrante⁷ e arranja as coisas para que o encontrem enforcado numa prisão. Como na mesma ocasião — 311 — Galério dava a alma ao Criador, a situação ficava relativamente clara: no Oriente, Maximino Daia e Licínio, herdeiros de Galério; em Roma, Maxêncio. Mas duas cabeças no Ocidente, Constantino e Maxêncio, estavam de acordo em pensar que uma delas sobrevivia.

Muito naturalmente, o Augusto de Roma declarou-se o único soberano legítimo, o único descendente dos grandes imperadores, cujos palácios ocupava. Além disso, não é verdade que se parecia com eles sob muitos aspectos, já que reparava estradas, empreendia grandes trabalhos e multiplicava faustosamente os espetáculos populares? Era um tipo curioso este homem baixo, moreno, com o cabelo cortado à escovinha, de um temperamento desiludido e cético, indulgente para com os cristãos mas restaurador dos ídolos, e que pouco se importava com o ofício das armas, mesmo nesses dias de grande violência.

Na primavera de 312, depois de ter firmado a fronteira do Reno e de ter concluído um acordo com Licínio, a quem deu sua irmã Constância em casamento, Constantino entrou em campanha. Levava consigo menos de 40.000 homens, mas todos gauleses, germanos e bretões; no seu entender, eram suficientes para dispersar os cem mil soldados da corte ou mercenários da África que Maxêncio tinha reunido às pressas. Ao passo que o Augusto de Roma não se atrevia a sair da cidade, porque um oráculo lhe anunciara que morreria se transpusesse as muralhas, Constantino dirigia pessoalmente uma campanha verdadeiramente napoleônica.

Atravessou os Alpes sem qualquer entrave junto ao monte Genebra; tomou Susa à força e, depois de repelir um ataque de cavalaria pesada no Pó, Turim, Milão, Verona e Módena abriram-lhe sucessivamente as portas. Em Roma, onde a princípio haviam zombado do audacioso que vinha combater tão longe das suas bases, o terror começou a alastrar-se. Foi

(7) Em condições muito pitorescas, Maximiano, para maior segurança, tinha resolvido agir por si próprio e assassinar o genro na cama. Mas, prevenido por Fausta, Constantino mandou um eunuco deitar-se em seu lugar e ficou com os seus guardas numa sala ao lado. Quando o sogro assassino corria para fora do aposento, empunhando ainda o gládio manchado com o sangue do infeliz eunuco e gritando: "Fausta, o tirano morreu!", encontrou na sua frente o "tirano" e os seus homens que, sem demora, se apoderaram dele. Cenas como esta são características dos costumes da época e permitem-nos compreender as desconfianças e as violências desses senhores do mundo que se sentiam permanentemente ameaçados.

discutido em conselho se se deveria esperar o inimigo por trás das poderosas muralhas construídas outrora por Aureliano ou se seria preferível ir ao encontro dele, desbaratá-lo em campo raso e libertar depois os portos que a sua frota acabava de bloquear. Contra a vontade de Maxêncio, que pensava no oráculo, optou-se pela segunda solução. Não tinham os Livros Sibílinos anunciado que “o inimigo dos romanos devia morrer”?

A 27 de outubro de 312, avançando pela Via Flamínia, Constantino pôde avistar Roma de longe. A cidade da Loba — que ele nunca visitara, pois sempre vivera no Oriente ou nas Gálias —, com as suas muralhas coroadas de ameias, os seus monumentos que brilhavam ao sol, os aquedutos gigantesco que para ela convergiam através da campina, era agora a parada que ele apostava naquele jogo do seu destino. No dia seguinte, 28 de outubro, ao raiar da manhã, o exército de Maxêncio atravessou o Tibre pela ponte de Mílvio e por outra ponte de barcas que se formara para duplicá-la. As forças de Roma avançaram, pararam no desfiladeiro das *Saxa Rubra* — as “Rochas Vermelhas”, hoje Primaporta —, recuaram ao serem perseguidas e foram compelidas a travar batalha de costas contra o rio, numa posição deplorável. Logo no primeiro embate, os italianos e os cartagineses bateram em retirada ante a pressão dos soldados nórdicos; apenas alguns grupos de pretorianos se deixaram matar. Constantino, a cavalo, dirigia o ataque à frente dos seus gauleses. Maxêncio, posto em fuga, foi apanhado no turbilhão dos soldados em debandada, caiu na água devido ao desmoronamento da ponte das barcas e afogou-se. Encontraram no dia seguinte o seu cadáver boiando no rio; cortaram-lhe a cabeça e passearam-na pela cidade, espetada na ponta de uma lança.

Esta vitória decisiva continha um sentido infinitamente mais sério do que o de um simples ajuste de contas entre dois ambiciosos. Com efeito, ocorreu no decorrer da batalha um acontecimento de importância histórica excepcional: Constantino aderiu ao cristianismo. Até então tinha sido pagão, um pagão tolerante, propenso talvez a incluir o Evangelho numa concepção sincretista do mundo, ou talvez atormentado como seu pai pela inquietação e pelo desejo de converter-se. Três anos antes, invocava ainda o *Sol Invictus* e afirmava ter tido uma aparição de Apolo. No dia seguinte ao da vitória, torna-se um cristão convicto; não são só os historiadores cristãos que o afirmam; o fato depreende-se também dos panegíricos e inscrições oficiais. Deu-se uma reviravolta provocada por um evento cujo caráter estranho viria a favorecer o aparecimento de muitas lendas, mas de cuja realidade não podemos duvidar.

Os quatro documentos oficiais sobre o episódio são os seguintes: sobre o arco do triunfo, erigido em 313 para comemorar a sua vitória, lê-se uma inscrição na qual Constantino proclama que venceu “por uma inspi-

ração da divindade''; semelhante fórmula podia ser aceita tanto por cristãos como por pagãos. Redigindo no mesmo ano o livro IX da *História Eclesiástica*, Eusébio declara formalmente que, na sua luta contra Maxêncio, Constantino "invocou Cristo e a Ele deveu a vitória"; mas não entra em detalhes. É por Lactâncio, que escrevia em torno de 318, e pela *Vida de Constantino* do mesmo Eusébio, que data de quinze ou vinte anos mais tarde, que se conhecem os célebres pormenores.

Uma noite — diz Lactâncio —, pouco antes da batalha, Constantino teve um êxtase durante o qual recebeu de Cristo a ordem de colocar sobre o escudo das suas tropas um sinal formado pelas duas letras *CH* e *R* ligadas; é este, com efeito, o monograma que se encontra nas moedas e inscrições constantinianas. Quanto a Eusébio, informado — segundo diz — pelo seu herói imperial, que no fim da vida lhe teria contado todos os pormenores do episódio, eis a sua versão: momentos antes de entrar em luta com Maxêncio, Constantino apelou para o Deus dos cristãos e então, em pleno dia, viu no céu, para os lados do poente, uma cruz luminosa com estas palavras em grego: "Com este sinal vencerás". Na noite seguinte, Cristo apareceu-lhe e mostrou-lhe a cruz, convidando-o a mandar fazer uma insígnia que a representasse. Essa insígnia é o *Labarum*, estandarte em forma de cruz que, a partir daí, acompanhou sempre os exércitos de Constantino.

Tanto quanto se têm discutido as circunstâncias deste episódio, têm-se discutido incansavelmente as razões psicológicas da "conversão" de Constantino. Alguns viram nela apenas um ato político que, medindo o poder do cristianismo, se propunha atraí-lo para o jogo do imperador. Outros, indo mais longe, suspeitaram da sinceridade do gesto de Constantino e, baseando-se no fato de não se ter batizado senão vinte e cinco anos mais tarde, consideram a sua conversão como manobra de uma ambição astuciosa, e, quanto à história das visões, vêem nela apenas uma fantasia romanesca. No entanto, pelo que se conhece deste homem, o fato nada tem de inverossímil.

Perseguido, como a maior parte dos seus contemporâneos, pela obsessão do sobrenatural, sabendo que o seu adversário recorria aos oráculos pagãos e persuadido de que, segundo as afirmações de Lactâncio, os inimigos de Jesus tinham todos um fim trágico, Constantino pode perfeitamente ter-se sentido arrastado a implorar a Cristo, como o viria a fazer Clóvis na véspera da batalha de Tolbiac. Uma vez vencedor, cumpriu a sua promessa e encetou uma política cristã. Seja como for, a sua determinação foi providencial, no sentido mais histórico da palavra. Não haverão de exagerar o alcance do seu gesto os artistas cristãos que, sobre os sarcófagos do século IV — evocando a vitória de Ponte Mílvio e Maxêncio tragado pe-

las águas juntamente com as suas tropas —, hão de representar Constantino sob os traços de um novo Moisés. A história acabava de dar uma reviravolta decisiva.

O “*Edito de Milão*” de 313

No dia seguinte ao da sua vitória, 29 de outubro de 312, Constantino entrou triunfante em Roma. Foi muito bem recebido; as classes altas detestavam Maxêncio, que as sobrecarregava de impostos, e o povo, como sempre, aderiu facilmente ao vencedor. Este mostrou-se moderado, mantendo nos seus lugares a maior parte dos funcionários, proibindo sob pena de morte a delação, limitando-se a licenciar as tropas pretorianas e a mandar matar um filho de Maxêncio e alguns dos seus amigos e fiéis, o que, para aquele tempo, era verdadeiramente o mínimo. A reparação, à sua custa, dos aquedutos romanos em mau estado tornou-o muito popular. Quanto à questão religiosa, não encontrou dificuldade. Com a evidente preocupação de não contrariar os seus súditos pagãos, aceitou sem hesitar as honras “divinas” que a bajulação tradicional lhe quis prestar, permitindo que lhe fosse dedicado um templo e lhe erigissem uma estátua dourada⁸. Estava-se ainda — e estar-se-ia até o fim do reinado — numa época de transição.

Mas, se Constantino não quis ferir as suscetibilidades pagãs, nem por isso deixou de manifestar os sentimentos que experimentava para com o cristianismo. Mandou cunhar imediatamente nas moedas o medalhão CH-R, e o *Labarum*⁹ continuou a flutuar por cima dos seus exércitos. Maximino Daia recebeu uma carta em tom cominatório, em que era convidado a suspender sem mais delongas a perseguição aos cristãos. O procônsul da África recebeu outra, com a ordem de devolver à Igreja os bens confiscados. Parece que, já nesse inverno de 312-313, o tesouro público contribuiu para a reconstrução dos edifícios de culto e que o papa Milcíades obteve da imperatriz Fausta o suntuoso palácio de Latrão, onde pouco depois reuniria um concílio. Mas em breve viriam a ser tomadas medidas mais categóricas.

Em fins de janeiro de 313, Constantino deixou Roma e encontrou-se

(8) Foi então que a cidade de Cirta, na África, passou a chamar-se Constantina. Arles, na Gália, também adotou esse nome.

(9) Discute-se a origem da palavra. Há quem sustente que é de proveniência gaulesa, o que é admissível, já que foi da Gália que partiu a ofensiva contra Maxêncio, e os gauleses eram muito numerosos no exército de Constantino. A forma era a de um T maiúsculo, com o estandarte fixado na barra superior.

em Milão com o seu colega do Oriente, Licínio, que acabava de desposar sua irmã Constança. As cerimônias das núpcias imperiais desenrolaram-se paralelamente às conversações entre os dois novos cunhados, em que se debateram os pontos fundamentais das suas políticas e, em especial, da política para com o cristianismo. As entrevistas duraram possivelmente dois meses; já nos primeiros dias de abril, Licínio teve de tornar a partir em guerra contra o terceiro colega dos dois, Maximino Daia. É, portanto, de fevereiro ou março de 313 que devemos datar os textos que iriam mudar tão decisivamente o curso da história e que um costume já muito antigo designa pelo nome de *Edito de Milão*.

A expressão não deve ser tomada ao pé da letra. Não chegou até nós qualquer texto, assinado e promulgado em Milão, que fixe as bases da política cristã. O que conhecemos são apenas algumas cartas de Constantino e outras de Licínio, as primeiras mencionadas por Eusébio e as segundas por Lactâncio, que transmitem, acompanhadas de comentários, um certo número de cláusulas. Tem-se perguntado se o Editto de Milão não teria sido um simples "protocolo" assinado pelos dois Augustos após as suas entrevistas, com o fim de passar a limpo as decisões que tinham tomado em comum.

A discussão é bastante inútil. A despeito de algumas diferenças de expressão, os elementos fundamentais dessas decisões encontram-se em todos os textos e o seu sentido é perfeitamente claro. Quando entrou como vencedor em Nicomédia, em 13 de junho de 313, Licínio mandou fixar um rescrito que impunha as cláusulas desses textos. "Enquanto estávamos felizmente reunidos em Milão, Constantino-Augusto e eu, Licínio-Augusto, e tratávamos em conjunto dos grandes interesses do Estado..." Em Milão, não houve nenhum editto formalmente rubricado, mas pôs-se em execução a nova política definida pelos senhores das duas partes do mundo; é daí que data o que tem sido perfeitamente designado sob o nome de *paz constantiniana*¹⁰.

As decisões de fevereiro-março de 313 dividiam-se em duas grandes partes: na primeira, os imperadores assentavam um princípio para o futuro e, na segunda, liquidavam o passado. "Procurando solicitamente tudo o que interessava ao bem público", consideravam que "entre as muitas coisas úteis ou, para melhor dizer, antes de todas as outras coisas, importava estabelecer as regras relativas ao culto e ao respeito da Divindade". (Observe-se a propositada imprecisão da fórmula: tanto podia ser subscrita por Licínio, que era um pagão, como por um cristão).

Estas regras reduziam-se praticamente a uma só: "À liberdade de reli-

(10) P. Batiffol.

gião não pode ser tolhida e é necessário permitir, quanto às coisas divinas, que cada um obedeça às moções da sua consciência”. A seguir, aplica-se o princípio aos cristãos, que eram os únicos súditos de Roma perseguidos nos últimos tempos. Os imperadores declaram categoricamente: “Nós queremos que todo aquele que queira seguir a religião cristã possa fazê-lo sem qualquer receio de ser incomodado. Os cristãos têm plena liberdade para seguirem a sua religião”. Não se podia ser mais solene: é uma declaração absoluta de tolerância. Mas não poderia ela inquietar os pagãos, que teriam medo de represálias? Os Augustos precisam: “O que concedemos aos cristãos é igualmente concedido a todos os outros. Cada um tem o direito de escolher e praticar o culto que preferir, sem ser lesado na sua honra e nas suas convicções. Depende disso a tranquilidade do nosso tempo”.

A segunda parte já não é de ordem doutrinal, mas prática. A Igreja, agora reconhecida, tem o direito de ser ajudada a reconstruir as suas ruínas: o culto, agora lícito, deve ter condições para poder ser praticado. As decisões imperiais distinguem duas espécies de construções cristãs: as igrejas, “lugares de assembléias”, e as propriedades coletivas, certamente os cemitérios e outras. “Sem indenização, sem reclamação de preço, sem demora e sem processo”, tudo será restituído aos fiéis, e o Estado se encarregará de indenizar terceiros que tenham adquirido de boa fé esses bens. O edito de Galério, em 311, e a decisão de Maxêncio na mesma ocasião, haviam já estabelecido regras muito aproximadas, mas por razões de oportunismo político ou de interesse pessoal do imperador. Mais importantes eram estas prescrições de 313, pois associavam o princípio das reparações legítimas ao da liberdade espiritual. Era o início de uma nova ordem.

Não se pode avaliar a importância de tal acontecimento. Sob o ponto de vista histórico, nenhum lhe poderá ser comparado, depois da morte de Jesus, quanto à sua importância para o desenvolvimento do cristianismo. Neste momento preciso, viam-se recompensados os esforços heróicos dos Apóstolos e dos Mártires: a Revolução da Cruz triunfava. E o evento assumia um significado ainda maior porque não partia de um príncipe enfraquecido como Galiano no século anterior, de um moribundo aterrorizado como Galério, ou de um cético indeciso como Maxêncio, mas de um imperador no auge da glória, capaz de quebrar todas as resistências e que agora se inclinava livremente diante do Deus novo.

A Revolução da Cruz triunfava mesmo antes do que o permitiam supor os termos das decisões de Milão. A história obedece a imperativos lógicos, e há tomadas de posição que configuram o futuro muito mais do que as simples aparências o fazem prever. Pela simples razão de terem estabelecido estes princípios, Constantino e seu cunhado constituíam-se a

partir daí como defensores do cristianismo; por isso, quando Licínio repe-
liu um ataque de Maximino Daia e o venceu duramente ¹¹, levando-o ao
suicídio na primavera de 313, mandou imediatamente anular nos seus no-
vos Estados todas as medidas de perseguição, tornando-se assim um fiador
da paz de Cristo. Num regime tão subordinado ao Estado, tão centraliza-
do e tão autoritário, em que a personalidade do imperador irradiava um
brilho tão vivo, o simples fato de que o príncipe se mostrasse benevolente
para com os cristãos bastava para que a balança pendesse para o lado
deles ¹².

Em princípio, portanto, as decisões de Milão estabeleciam a igualdade
entre o cristianismo e o paganismo. A religião de Cristo tornava-se uma
religião “lícita”, juntamente com muitas outras, como por exemplo a de
Mitra ou a dos deuses egípcios. Mas o resultado era muito mais importan-
te. A corrente geral de opinião e o conformismo das massas, que se ha-
viam oposto à expansão cristã, vão agora trabalhar a seu favor. Não ti-
nham os imperadores reconhecido oficialmente que se haviam enganado to-
dos os que tinham tentado destruir o cristianismo? Não era evidente que
o Deus dos cristãos era mais forte do que as velhas divindades pagãs,
pois fizera triunfar o seu amigo? Em vez de atribuir à impiedade dos cris-
tãos as desgraças que ocorriam, como se tinha feito tantas vezes no passa-
do, não seria necessário ir buscar as verdadeiras causas desses males à recu-
sa que Roma opusera durante tanto tempo à nova fé? O próprio Constan-
tino não devia estar longe de pensar assim, e, se nalguns meios tradicio-
nais e intelectuais se considerava a mudança em curso como um espanto-
so retrocesso, o conjunto do povo, simplista e supersticioso, depressa se
convenceria de que a vitória de Cristo estava inscrita no segredo do destino.

Não se caminhará, pois, para um regime de “liberdade das consciên-
cias”, em que paganismo e cristianismo, aceitando-se mutuamente, luta-
riam com armas iguais sobre o terreno das almas, mas sim para um rápi-
do declínio das velhas formas pagãs e o triunfo definitivo do Evangelho.

A própria noção de “liberdade das consciências” não tinha qualquer
raiz na alma antiga. O paganismo poderá levar mais de dois séculos a de-
saparecer e conhecerá ainda momentos de vigoroso rejuvenescimento, co-
mo no tempo de Juliano, mas nem por isso deixou de ser mortalmente
atingido em 313.

(11) Lactâncio conta que Licínio deveu a sua principal vitória à intervenção de um anjo, que lhe teria ditado uma oração que devia ensinar aos seus soldados. Esta oração, citada no texto, está redigida em termos tão vagos que podia ter sido pronunciada tanto por um pagão como por um cristão.

(12) Da mesma maneira, quando Licínio entrar em conflito com seu cunhado, campeão in-
contestável de Cristo, voltará a perseguir os cristãos (cfr. par. *A consciência de Constantino*).

A consciência de Constantino

Constantino dispôs de um quarto de século para aplicar os princípios que estabelecera em Milão (313-337) e, com efeito, o seu governo contribuiu tão poderosamente para consolidar as posições adquiridas pela Igreja que os ulteriores ataques do paganismo já não poderão abalá-la. Mas quer isto dizer que temos de encarar estes vinte e quatro anos, sem reservas e sem reticências, como o reinado de um cristão? A realidade dos fatos é menos simples, e não podemos tomar ao pé da letra os historiadores cristãos Eusébio, Sócrates, Sozomeno, Teodoreto e Orósio, ou mesmo São Jerônimo, que tendem a representar Constantino como um cavaleiro de Cristo rachando ídolos, derrubando templos e estabelecendo sobre a terra o Reino de Deus.

O homem é um ser complexo. Não se pode negar que Constantino manteve para com o cristianismo uma atitude de reverência e afeição sincera que, nos últimos tempos da sua vida, se converteu em verdadeira fé. “Tenho um completo respeito pela regular e legítima Igreja católica”, escreveu ele em 315; e vinte anos mais tarde: “Professo a mais santa das religiões e ninguém pode duvidar de que sou um fiel servidor de Deus”. A partir de 317, o *Labarum* com o monograma de Cristo torna-se obrigatório em todos os exércitos. Cunham-se, quase por toda a parte, moedas que incluem o monograma CH-R; as da oficina de Tarragona trazem até a marca da cruz. São freqüentes as decisões administrativas que favorecem os cristãos; tais como isenção de taxas municipais para os seus sacerdotes, proibição de os judeus apedrejarem aqueles dentre os seus que se quisessem converter, autorização para testar em favor da Igreja, jurisdição civil outorgada às vezes aos próprios bispos, e muitas outras concessões que poderíamos citar.

Mas, em sentido contrário, podem-se evocar muitos fatos que parecem manter uma situação equívoca e provar que Constantino não tinha rompido todas as amarras com o paganismo. Se não celebrou em 313 os jogos seculares — o que fez o historiador Zózimo dizer que essa omissão foi a causa da perda do Império —, conservou o título de *divino* e a dignidade de *Sumo Pontífice*, que todos os seus predecessores tinham ostentado, embora seja também verdade que nunca exerceu as funções litúrgicas do pontificado pagão e se fazia representar por um *Promagister*. Por ocasião da sua entrada em Roma, mandou restaurar alguns templos e autorizou até a nomeação de um colégio de sacerdotes para o culto dos seus antepassados, a *Gens Flavia*. Em 319, ao promulgar editos sobre a arte divinatória, não proibiu os arúspices, limitando-se a restringir as suas atividades e a proscriver as operações de magia. Em 335, uma lei na África confir-

mava os privilégios dos flâmines e dos sacerdotes municipais. E — coisa estranha —, quando fez de Bizâncio a sua cidade, a cidade da sua vontade e da sua fé, deixou que lá se restaurassem ou edificassem templos pagãos a Ceres, a Reia e aos Tíquios, gênios tutelares das cidades. Como estes, poderíamos ainda evocar muitos outros exemplos que parecem estabelecer uma flagrante contradição.

Que razões podem explicar esta atitude ambígua? Antes de mais nada, com certeza, a necessidade política. Num Estado em que o cristianismo estava bem longe de contar a maioria dos cidadãos entre os seus fiéis, teria sido muito difícil para Constantino desfazer de um só golpe uma situação que já vinha de há mais de dois séculos. Por muito poderoso que fosse, era-lhe necessário usar de prudência e contemporizar. Chegou-se a escrever que “os cristãos compreendiam a imensa vantagem que lhes adviria se Constantino tivesse ido até o coração do paganismo para asfixiá-lo com mais segurança”¹³. Ora, isto é atribuir-lhes um maquiavelismo bem negro; é mais provável que eles simplesmente compreendessem as dificuldades que o seu protetor encontrava, e que a ambiguidade relativa da sua atitude e a propositada imprecisão de certas fórmulas lhe fossem desculpadas pelos serviços que lhes prestava.

Mas há talvez outro gênero de observações a fazer, que são de caráter mais tocante. Este homem, que nós adivinhamos constantemente torturado e perseguido por temores supersticiosos, querendo o bem mesmo quando praticava o mal, perturbado no fundo mais secreto do seu ser por hereditariedades contraditórias, não poderá, sem exagero, ser considerado como exemplo de um desses combatentes das lutas interiores em que cada um de nós pode reconhecer os seus próprios movimentos? Nesta época, está sempre presente a preocupação pela vontade divina, qualquer que seja a forma sob a qual ela se exprima. Pagãos ou cristãos, quase todos os homens têm o sentimento de viverem sob o domínio — a proteção ou a ameaça — de potências invisíveis. Em muitas das suas cartas, Constantino exprime o temor de irritar o “Senhor Supremo”.

Ele, o visionário insone, que, durante noites e noites passadas em claro, ruma os seus receios, ele que tantas vezes foi visto meditando diante do mar ou dos vastos panoramas das planícies, extremamente sensível a essa impressão metafísica que dão as perspectivas da terra — esse homem é talvez o protagonista de um drama interior que a sua política mal permite entrever. Tendo optado por Cristo, em 312, num movimento súbito e quase involuntário, não seria somente depois, através de muitos obs-

(13) Ferdinand Lot.

táculos e incertezas¹⁴, que teria traçado o seu caminho para a luz definitiva? O seu batismo *in articulo mortis* teria assim o sentido de um verdadeiro e comovente fecho de abóbada.

É provável, pois, que tenha havido na consciência de Constantino uma evolução no seu caminho para Deus. Quanto mais tempo passava, mais ele se comportava como cristão e até com uma espécie de ostentação, que se explica talvez pelo desejo de propaganda. No palácio imperial, em Constantinopla, será colocado perto da porta de entrada um quadro que mostra o imperador em oração, com os olhos postos no céu. Um outro, disposto no interior, representá-lo-á atravessando um dragão com o ferro do *Labarum*. Mandou construir um oratório particular, onde gostava de passar longo tempo em oração, diante do único ornamento que esse grande amigo do fausto tinha querido colocar: uma simples cruz. Na capela imperial, vê-lo-ão muitas vezes dirigir as cerimônias “como um hierofante”, e comporá uma oração que os seus soldados terão ordens de aprender. Nas suas visitas oficiais às províncias, distribuirá geralmente medalhas de ouro e de prata com alusões cristãs. Escreverá uma carta ao seu rival iraniano, o rei Sapor II, convidando-o a converter-se ao cristianismo. E quando sentir aproximar-se o seu fim, mandará edificar uma basílica com doze sarcófagos de pórfiro em comemoração dos santos Apóstolos, e um décimo terceiro reservado para ele.

Um autor anônimo desta época caracterizou maravilhosamente a complexidade dessa personalidade, qualificando-a com estes três epítetos: *praestantissimus*, *pupilus*, *latro*. O primeiro corresponde perfeitamente ao soberano prestigioso, ao poderoso restaurador do Império, ao construtor de Constantinopla, ao homem que, envergando pesados tecidos cravejados de pedrarias e um cintilante diadema, resplandecia com um orgulho sobre-humano. O segundo designa com precisão o “espírito de infância” que ele conservou apesar de tudo, e em nome do qual muito se lhe deve perdoar, esse espírito de infância que o fazia tantas vezes tratar os bispos e os padres com um respeito filial e repetir freqüentemente que sabia estar “entre mãos mais poderosas do que ele”. Mas, na sua marcha para Deus, havia igualmente o terceiro epíteto, o *latro*, o bandido, o aventureiro, o bárbaro que se metia de permeio; e este epíteto também se manifestava com frequência.

Tal é, portanto, o último traço de um esboço psicológico desta persona-

(14) Para nos apercebermos das incertezas que o comum dos homens podia então experimentar, vem ao caso citar o fato de que Lactâncio, um escritor cristão fanático, continuava a crer no poder divinatório dos livros sibilinos. Nem tudo era simples no desenraizamento que separava a alma dessas velhas tradições pagãs que só estariam totalmente mortas ao fim de vários séculos.

lidade tão atraente: a sua terrível violência e a sua propensão para derramar sangue com uma facilidade extraordinária. Como é natural, para compreendermos este homem até nos seus piores defeitos, temos de tentar situá-lo na sua época, quando a vida humana tinha um valor muito relativo, e compará-lo com os seus contemporâneos — um Galério ou um Maximino Daia —, ao pé dos quais ele parece bem pouco culpado. No entanto, como é que pode ser digno de que lhe silenciem as violências um homem que mandou lançar às feras os chefes germanos vencidos, que torturou até a morte seis mil prisioneiros suevos e que foi o assassino do seu cunhado Licínio, do seu próprio filho Crispo e de sua esposa Fausta?

Já em 314, logo após o seu primeiro triunfo, Constantino entrara em conflito com Licínio; derrotou-o, tirou-lhe a Ilíria, a Grécia e a Macedônia e repeliu-o quase totalmente para a Ásia. E de ano para ano, as relações entre os dois cunhados foram-se azedando. A verdade é que um dos dois sobrava. Quanto mais o Augusto do Ocidente se mostrava cristão, tanto mais o do Oriente, cético por temperamento, se portava como anticristão. Uma regulamentação propositadamente minuciosa e irritante, que pretendia proibir aos cristãos as reuniões de homens e mulheres, e aos bispos que saíssem de suas dioceses e se reunissem em sínodos, provocou certas resistências, a que Licínio respondeu com uma perseguição em regra. De novo se viram execuções capitais no Oriente. Por isso, quando, em 324, a propósito de um incidente de fronteiras, Constantino decidiu liquidar o cunhado, pôde armar-se em campeão da fé e em defensor da liberdade das consciências. Vencido perto de Andrinopla, depois de postas a pique as suas trezentas galeras à entrada dos Dardanelos, Licínio foi obrigado a capitular. Constança obteve de seu irmão o perdão do marido; foi, porém, uma graça muito provisória, porque, sob o pretexto de que o bandido, refugiado em Tessalônica, conspirava contra ele, Constantino mandou-o estrangular seis meses depois. Os autores cristãos da época esforçaram-se por justificar o crime; São Jerônimo, mais prudente, relata-o sem comentários.

A política — mesmo a “política cristã” — podia explicar que o grande imperador se tivesse desembaraçado de um rival, de um rebelde contra as leis de Cristo que comprometia a sua obra. Mas como se poderá desculpar o duplo drama palaciano que se seguiu a esta primeira tragédia? Nenhum historiador conseguiu até hoje penetrar nas verdadeiras razões desse drama. Tendo chegado a Roma em julho de 326, Constantino foi bastante mal recebido. A cidade censurava-o por lhe ter dado uma rival triunfante e, por outro lado, os seus modos de “Rei dos Reis” prestavam-se a pesados gracejos. Ocorreram incidentes bastante graves, que exasperaram o Augusto.

Terá sido a propósito desses incidentes que Fausta, a imperatriz, excitou a cólera do príncipe contra Crispo, filho de um primeiro casamento de Constantino, jovem César cheio de ardor, vencedor da batalha naval dos Dardanelos? Terá ela insinuado que o herdeiro do trono era muito popular em Roma, procurando assim preparar o lugar para os seus próprios filhos? A crônica escandalosa fez correr que as verdadeiras razões do drama eram de uma ordem mais íntima e que entre a “beleza perigosa” da diva e a juventude de Crispo existiam relações escabrosas, um misto de atração e despeito. Terá a mulher de Putifar acusado injustamente José? O certo é que pouco depois Crispo foi preso, encerrado na fortaleza de Pola e executado.

A notícia provocou um reboliço enorme em todo o Império, e foi terrível a cólera da velha imperatriz Helena, que logo veio recriminar o filho pelo assassinato do mais querido dos seus netos. Transtornado, despedaçado, tremendo de remorsos e angústia, Constantino não encontrou outra saída senão um novo crime. Uma manhã, no momento em que Fausta ia tomar banho, os guardas invadiram a sala, atiraram-na para dentro da piscina e, dilacerando-lhe com as espadas a carne nua, mantiveram-na no fundo da água fumegante, que em breve se tingiu de sangue. Razão de Estado? Motivos de disciplina moral? Estariam errados os pagãos que escarneciam deste Augusto cristão de mãos ensangüentadas? A mensagem de Jesus não tinha verdadeiramente trazido a paz a esta alma de boa vontade, mas dominada pelo medo e pela violência.

Santa Helena e a sua peregrinação

A horrível tragédia em que Constantino se converteu no carrasco dos seus foi imediatamente posta em relação com o crescimento da influência cristã, que se tornava nele cada vez mais manifesta. Certos pagãos contaram que um egípcio cristão, que morava na Espanha, teria vindo procurá-lo no meio da sua maior prostração, e lhe teria dito que Aquele que pode absolver todas as faltas se compadeceria dos seus remorsos. E foi então que ocorreu um dos episódios mais comoventes do reino, aquele que múltiplas tradições rodeiam dos mais extraordinários e maravilhosos pormenores: a viagem da imperatriz Helena à Terra Santa e “a invenção”¹⁵ da Santa Cruz.

Todas as aparências são as de uma expiação. Muito pouco depois de

Fausta ter sido assassinada, a velha Augusta embarcou, com certeza em Nápoles, para a primeira peregrinação feita por um grande da terra. Julgaria ela não estar isenta de responsabilidade na decisão assassina? Queria implorar para si e para o filho a suprema misericórdia nos próprios lugares onde Deus se fizera carne? Sendo já certamente cristã — embora não se possa dizer há quanto tempo —, Helena era ainda aquela mulher enérgica que nem os azares da fortuna nem as duras provas tinham conseguido abater e que dera a seu filho o melhor da força que trazia no seio. Tinha então 78 anos.

A tradição sobre a situação dos Lugares Santos estava já então perfeitamente definida. No panegírico de Luciano de Antioquia, martirizado durante o reinado de Maximino Daia, faz-se menção do Gólgota e da gruta que serviu de túmulo a Jesus. Os judeus do tempo, interpretando de outro modo o termo geográfico “Monte do Crânio” ou “Calvário”, que designava a colina descavada de calcário onde Cristo morrera, contavam que esse lugar era assim designado porque lá fora posto um dia o crânio de Adão! Nesse mesmo lugar — acaso ou profanação premeditada —, quando se reconstruíra a *Aelia Capitolina* no tempo de Adriano, os romanos tinham rasgado uma esplanada com um bosque sagrado e um templo dedicado a Afrodite. Mário, bispo de Jerusalém, tinha já tido ocasião de falar a Constantino desses lugares veneráveis e estimulara-o a encetar ali as devidas pesquisas.

Com base na narrativa feita por Eusébio, surgiu uma tradição, que a nossa Idade Média gostará de repetir, segundo a qual a descoberta dos Lugares Santos está ligada à viagem de Helena a Jerusalém. Quando desembarcou, mandou reunir uma comissão de sacerdotes e arqueólogos para estabelecer o ponto exato em que se devia proceder às escavações. Um documento guardado por uma família judia permitiu determinar a topografia da cidade antes da sua destruição, no século I. Começaram os trabalhos. No lugar presumido erguiam-se agora casas, muralhas e templos. Que os arrasassem! Todo o trabalho de escavações foi feito por um verdadeiro exército de operários, porque o dinheiro não contava. Helena era riquíssima e Constantino, por sua vez, abriu um crédito ilimitado para esse fim e, além disso — pormenor sintomático —, destinou às pesquisas em curso todos os bens da infeliz Fausta.

Depois de algumas semanas de trabalho e de muita terra removida, apareceram finalmente a corcova do Calvário e a gruta do Sepulcro. A coação foi imensa! Fora sobre aquela rocha desnudada que se tinham erguido as cruzes! Continuou-se a escavar em volta para isolar a mais preciosa parcela de terra de todo o orbe. E, subitamente, no meio do espanto geral, num fosso mal preenchido ou, segundo outros, numa cisterna, apa-

receram três cruzes! A coincidência era tão grande que correu imediatamente de boca em boca a palavra milagre. O bispo Macário invocou Deus e suplicou-lhe que esclarecesse os seus. “Dai-nos a conhecer, Senhor, de forma evidente, qual destas três cruzes serviu para a vossa glória!” Trouxeram uma mulher moribunda e tocaram-na com a madeira das cruzes; ao terceiro toque, a mulher levantou-se e andou. O Senhor acabava de responder.

Quando Constantino recebeu a notícia, escreveu ao bispo de Jerusalém uma carta alyoroçada: “Não há palavras com que possamos celebrar este milagre. Está além de toda a admiração o fato de que o monumento sagrado da Paixão do nosso Deus tenha podido permanecer escondido debaixo da terra durante tantos anos, para resplandecer no próprio momento em que se afunda o inimigo do gênero humano. A razão desfalece: o divino ultrapassa o humano”. E ordenou imediatamente que se construísse sem demora um conjunto de monumentos dignos de tal maravilha e que, nessa construção, se utilizassem apenas os mais nobres materiais e os acessórios mais ricos. Que se limitassem a indicar-lhe de que mármore e colunas havia necessidade: ele mesmo os procuraria.

A peregrina Sílvia Etéria, que visitou em 393 os Lugares Santos e nos deixou um livro de viagens, descreveu os monumentos que Constantino mandou construir e a cujas primeiras pedras Helena pôde sem dúvida presidir. Esses monumentos eram três: uma igreja em honra da Paixão, outra em honra da Cruz e outra ainda, no lugar do túmulo, em honra da Ressurreição. A atual basílica do Santo Sepulcro, erigida pelos cruzados, ocupa esses três espaços ¹⁶.

Quanto à própria Cruz, Helena dividiu-a em três partes: uma para Roma, outra para Constantinopla e a terceira para Jerusalém; mas o fervor dos cristãos por essas relíquias era tão grande que logo se espalharam numerosos pedaços pelos quatro cantos do mundo. São Cirilo de Jerusalém, escrevendo em 347, isto é, uns vinte anos depois da “invenção” e somente doze após a dedicação das igrejas (335), atesta claramente a existência do culto da Cruz, a sua descoberta no tempo de Constantino e a dispersão dos seus fragmentos. “Todo o universo — diz ele — está cheio de fragmentos da madeira da Cruz”. Com efeito, encontrou-se na Argélia uma inscrição datada de 359 que menciona um pedaço do *lignus crucis* (sic). Se não podemos fixar historicamente o papel da imperatriz Helena na sensacional descoberta, o essencial do fato é admitido no fim do século IV por espíritos tão criteriosos como Santo Ambrósio, São João Crisóstomo, São Paulino de Nola, Sulpício Severo e Rufino. E a Igreja, ao canoni-

zar Helena, associou definitivamente o seu nome à “Invenção da Santa Cruz”¹⁷.

Cumprida a sua tarefa — e também a sua expiação¹⁸ —, a velha imperatriz regressou e foi ter com o filho em Constantinopla, onde morreu, pouco tempo depois, quando contava oitenta anos. Constantino soube honrar a sua memória. Ordenou que lhe fosse erigida uma estátua gigantesca, que a sua cidade natal de Drepane passasse a ter o seu nome e que a própria província fosse, de futuro, denominada “Helenopontus”. O palácio Sessoriano, em Roma, onde a Augusta costumava residir, a dois passos do palácio de Latrão que havia sido dado ao papa, foi transformado numa basílica e abrigou, com a querida relíquia da Cruz, o sarcófago de pórfiro onde foi depositado o corpo da imperatriz: chama-se atualmente basílica da Santa Cruz de Jerusalém, e desde então passou a ser em Roma o símbolo, a imagem tangível dessa outra basílica que cobria o túmulo de Jesus na Cidade Santa. E é desde então que data o hábito de associar às principais igrejas romanas a memória dos principais lugares da vida do Senhor. Santa Maria Maior evoca Belém; Santa Cruz, o Sepulcro; e Santa Anastácia, a Ressurreição¹⁹. São as “estações” de que fala a liturgia da Igreja católica, e cujo comovente simbolismo liga assim a oração dos cristãos de hoje a muito antigos preitos de fidelidade.

Uma “política cristã”

Se Constantino, como homem, se revelou um cristão bastante imperfeito, dilacerado entre a sua fé e as suas tentações, há no entanto um facto que permanece incontestável: como imperador, apesar dos seus desati-

(17) A tradição atribui também a Helena e Constantino muitas basílicas construídas na Palestina em lugares dignos de veneração. Em Belém, onde Orígenes havia visitado a gruta da Natividade, os cristãos já tinham construído a partir do século III uma capela octogonal. Helena mandou levantar nesse lugar uma basílica, cujos alicerces foram encontrados em escavações recentes. Na colina da Ascensão, no Monte das Oliveiras, Constantino mandou começar a edificar a basílica chamada da Eléona. Também foram objeto de veneração os grandes lugares do Antigo Testamento; assim Mambra, perto de Hebron, onde o Deus único falara ao seu servo Abraão (cfr. PB, cap. I: *A Aliança*), viu erguer-se também, em substituição de um templo pagão, uma suntuosa basílica que o célebre “peregrino de Bordeus” visitará cheio de admiração (cfr. cap. XI, par. *As primeiras peregrinações*).

(18) Venera-se na igreja romana da Santa Cruz de Jerusalém uma placa de madeira que tem uma tríplice inscrição em caracteres hebraicos, gregos e latinos, e que se designa como *título da cruz*, isto é, um fragmento da inscrição que Pilatos mandou colocar sobre a cabeça de Jesus. O papa Lúcio II, no século XII, autenticou essa placa com o seu selo e colocou-a num cofre de chumbo. Lê-se ainda ali a palavra “Nazareus”. A peregrina Sílvia Etéria declarou tê-la visto em Jerusalém no ano 393.

(19) Os trabalhos de Cabrol sobre as origens da liturgia provaram que o ciclo litúrgico romano se formou no século IV, em associação simbólica com os Lugares Santos.

DINASTIA CONSTANTINIANA

CONSTÂNCIO CLORO × 1. Flávia HELENA
(Santa Helena)
293-306

× 2. Teodora

CONSTANTINO I, o Grande × 1. Minervina
306-337

× 2. Fausta

CRISPO
317-326

CONSTANTINO II
337-340

CONSTÂNCIO II
337-361

Constância

× 1. Anibaliano

2. CONSTÂNCIO
GALO

Flávia Helena

×

JULIANO,
o Apóstata

CONSTÂNCIO

GALO

351-354

×

Constância

JULIANO,
o Apóstata

355-363

×

Flávia
Helena

Júlio Constantino Flávio Dalmácio
† 337

Dalmácio Anibaliano
† 337 ×
Constância

nos, teve o sentido do seu papel autenticamente cristão. Pouco importa que tenha obedecido a intenções políticas ou se tenha deixado impelir por um sentimento mais profundo, ou melhor, que os dois elementos — astúcia e convicção — se tenham misturado na sua maneira de proceder. São os resultados que importam; e os resultados do seu governo são nada menos que a síntese nova entre os dados da religião evangélica e os elementos fundamentais do Império, bem como a instauração de uma “política cristã”, com todos os obstáculos e perigos que isso podia comportar. A julgar pelos seus atos, mais ainda do que pelas suas palavras, Constantino era bem o homem que se considerava investido pela Providência numa missão, que se sentia responsável pela salvação do mundo e que, se não ousava declarar-se divino como os seus predecessores, podia convencer-se facilmente de que era o representante de Deus na terra, o longínquo antepassado de Carlos Magno ou mesmo de São Luís.

Resumindo os feitos do seu protagonista, o panegirista do grande imperador — o escritor cristão Eusébio de Cesaréia — interpretava assim os acontecimentos do seu reino: “Um só Deus foi reconhecido pela humanidade inteira, ao mesmo tempo que se levantou e prosperou um poder único e universal — o Império Romano. O ódio inextinguível foi desde então banido dentre os povos e, com o conhecimento do Deus único, da única via de salvação, espalhou-se entre os homens a doutrina cristã. Muito embora, durante esse período, um único soberano estivesse investido numa autoridade sem limites, reinava no mundo uma paz absoluta. E assim, por vontade expressa de Deus, brotaram juntamente, para felicidade dos homens, duas fontes de bem-aventurança e de bem-estar: o Império Romano e a doutrina cristã do amor”. Há, sem dúvida, nestas frases laudatórias, muito do exagero que é habitual em propagandas oficiais, mas muita coisa está longe de ser falsa. Não há dúvida de que o quarto de século durante o qual Constantino dominou o mundo marca o primeiro passo para a cristianização geral da humanidade.

São inumeráveis os exemplos que provam a influência direta dos princípios cristãos sobre as decisões legislativas. Vimos já os privilégios concedidos à Igreja e ao seu clero. O domingo, que já não era o dia do Sol mas o da Ressurreição, passou a ser de descanso obrigatório e foi colocado na mesma categoria das tradicionais *feriae* pagãs. Foram publicados dois editos particularmente comoventes pelas suas intenções; o primeiro suprimia o suplício da cruz e o segundo proibia que os criminosos fossem marcados no rosto com ferro em brasa, porque — dizia o texto — “a face do homem é feita à semelhança da beleza divina”. A política social do reino mostra também as mudanças que o cristianismo começa a operar: reorganização da família e diminuição do poder outrora absoluto do *pater*;

assistência do Estado às crianças abandonadas; melhoria da sorte dos escravos, cuja igualdade moral é reconhecida²⁰ e cuja alforria é facilitada, sendo além disso proibido separá-los da esposa e filhos.

Quanto à moral, todas as leis promulgadas mostram a grande preocupação do imperador em atacar as forças que desagregavam a sociedade: medidas contra o adultério, contra a manutenção de concubinas por parte de homens casados, contra o rapto de donzelas e contra a sua prostituição pelos tutores. E, como fato excepcional num conjunto de medidas que revelam um sentido humano muito elevado, apenas as leis relativas aos costumes são acompanhadas de sanções terríveis, que fazem lembrar a ferocidade das XII Tábuas. Constantino mantém para os adúlteros, para os subornadores e para os proxenetas os suplícios que suprimira para os ladrões e bandidos. A ama que seja cúmplice no rapto de uma donzela sofrerá a pena de lhe encherem a boca de chumbo derretido, e o estuprador de uma virgem será queimado vivo. Mesmo que os efeitos dessas políticas nos pareçam excessivos ou singulares, não poderemos negar que houve em Constantino um elevado desejo de ser, como diriam mais tarde os reis da França, “o bom justiceiro”, a autoridade para quem se pode apelar de qualquer iniquidade e que se esforça por pôr em prática os melhores princípios — aqueles que o cristianismo lhe tinha ditado.

Não devemos certamente exagerar a eficácia imediata de semelhantes medidas: as decisões legislativas não bastam para mudar uma sociedade. Em muitos pontos, a ação de Constantino viria a revelar-se nula²¹, mas a mera afirmação solene de certas regras morais já é um fato de enorme importância. Além disso, o reino vai começar a assistir a uma transformação às claras dos hábitos da sociedade e a uma penetração da vida cristã nos costumes. A partir de agora, e durante uma centena de anos, os usos impostos pelo paganismo irão pouco a pouco cedendo o lugar aos do cristianismo. O Império pagão irá converter-se no Império cristão e a sociedade pagã numa sociedade cristã. Assim, o domingo e as grandes festas litúrgicas — Páscoa, Natal, Pentecostes — irão sobrepujar as férias pagãs. Mudará a fisionomia das cidades, porque por toda a parte se erguerão igrejas cristãs de vastas dimensões, as famosas *basílicas constantinianas*, imitadas da antiga arquitetura romana, mas votadas ao culto do verdadeiro

(20) Chegou-se mesmo a perguntar se Constantino não teria pensado em suprimir totalmente a escravidão. Talvez tenha recuado perante as necessidades econômicas: falta absoluta de mão-de-obra e receio de jogar na rua uma massa enorme de desempregados. Santo Agostinho, no fim do século, reconhecerá ainda que a instituição servil é um fato contra o qual nada se pode fazer. Seria preciso esperar uns seiscentos anos para que o progresso técnico e a evolução moral acabassem por ter razão.

(21) Assim, tentou suprimir os espetáculos sangrentos ou obscenos nas representações circenses; a julgar pelo que se verá a seguir, porém, parece não ter sido bem sucedido.

Deus. Nos cruzamentos das ruas, as divindades pagãs familiares e os velhos deuses da cidade desaparecerão para dar lugar aos oratórios dos santos. A arte cristã, saindo das catacumbas, expandir-se-á à luz do dia. O próprio vocabulário quotidiano será inundado de palavras cristãs, e os nomes próprios serão cada vez mais nomes de santos e de mártires.

Pelo simples fato da sua conversão, Constantino deu o impulso inicial à grande transformação da sociedade antiga. Mas é preciso ir mais longe e avaliar até que ponto a sua política, tendo em mira reorganizar o mundo romano, esteve associada aos elementos cristãos, e também até que ponto pretendeu ele influir no futuro. Tratou-se, da sua parte, de uma intuição de gênio, de uma revelação sobrenatural ou, de certa maneira, de uma demissão? Tudo se passou como se tivesse reconhecido que somente o cristianismo, em pleno vigor, podia injetar o indispensável elemento de renovação no Império decrépito e abalado. Numa intenção autenticamente revolucionária, quis absorver e integrar no sistema do Império a Revolução da Cruz. Procedendo assim, traía Roma? Houve quem dissesse que sim²². Mas as tradições e os princípios que tinham feito o poder de Roma estavam caducos, e a história dos quatro últimos séculos tinha provado abundantemente que ninguém restituiria a esses princípios e tradições a sua primitiva vitalidade. “O maior ato do paganismo — escreveu o historiador alemão Droysen — foi consentir na sua própria dissolução”. O gênio de Constantino foi compreender que esta dissolução já estava feita e que era necessário encarar as coisas por outro ângulo.

Além disso, não encontrava ele, nos próprios princípios da Igreja, elementos particularmente úteis para a reconstrução que ambicionava? Duas grandes idéias dominam a política que tem em mente: a idéia da unidade e a idéia da ordem. Muitas vezes repetiu que desejava “pôr os homens de acordo, reuni-los todos num sentimento de fraternidade, despertar toda a terra para a unidade”. Onde poderia ele encontrar este princípio de unidade mais solidamente estabelecido do que no cristianismo, nessa Igreja cujos Padres haviam repetido que a unidade era “a sua perfeição”, que por entre a divisão dos corpos, a sua alma era una, e que até nas instituições manifestava tão firmemente o seu princípio? E quanto à ordem, única coisa que podia pôr um dique às forças da anarquia, não encontrava o imperador a sua expressão na hierarquia da Igreja, nessa disciplina firme e humana que ela sabia manter? Para “restituir o seu antigo vigor a todo o corpo do Império que lhe parecia ferido de um grande mal”, como ele próprio escreveu, o cristianismo surgia-lhe como o único aliado possível. Não são apenas causas episódicas e pessoais, mas razões

(22) A. Piganiol.

profundamente amadurecidas, que fazem da política de Constantino uma política cristã.

O cristianismo está, pois, intimamente associado à imensa obra de reconstrução do Estado levada a cabo pelo grande imperador. Agradecida ao seu protetor, a Igreja aceita daí em diante os costumes estabelecidos pelo protocolo imperial; não se opõe às genuflexões rituais diante dele e dir-se-ia até que quase o inclui na sua hierarquia, entre os seus chefes designados por Deus. Os inúmeros funcionários cristãos, a quem foi dado um lugar privilegiado, sentem-se solidários com o bem público e não negarão a sua colaboração para a defesa do Império e da sociedade. O "Palácio imperial", esse governo centralizado, hierarquizado, que Constantino organiza, é realmente um palácio cristão, onde se vêem muitos sacerdotes e bispos, onde se procura pôr em prática os princípios evangélicos, uma espécie de Arca que atravessará os futuros dilúvios e que, como notou Fustel de Coulanges, os bárbaros e Carlos Magno hão de adotar. À nova nobreza dos *nobilíssimos*, *ilustres*, *perfeitíssimos* e *claríssimos*, Constantino propõe-se dar (não sem ilusões) uma base de lealismo e de virtude²³. O direito fica impregnado de princípios evangélicos: o código torna-se essa "legislação de ouro", de intenções incontestavelmente generosas, que Teodósio II, em 438, mandará fixar definitivamente. E até nas fronteiras, onde instala bárbaros para as defender, Constantino liga intimamente a sua obra ao cristianismo, porque estimula entre esses bárbaros uma ação apostólica destinada a convertê-los.

Assim se elabora um regime que, não sendo já o antigo regime imperial romano, traz em si a promessa de imensos desdobramentos; "Constantino gerou, verdadeiramente, a Idade Média"²⁴. Esta conclusão, que é de Chateaubriand, mostra-se profundamente justa; a sua obra não foi uma tentativa de salvar o passado; foi, conscientemente ou não, uma opção sobre o futuro. Esta política cristã anuncia aquela que se há de expandir lentamente no tempo de Carlos Magno, do Sacro Império germânico e das grandes tentativas teocráticas; é ela que suscita verdadeiramente a Idade Média, até nas suas piores inquietações e perigos.

(23) Chegou a exigir que a sua milícia palatina e aqueles que o rodeavam observassem a castidade no exercício das suas funções.

(24) Outro aspecto através do qual Constantino prepara a Idade Média é o desejo que tinha — um desejo que os seus predecessores já haviam manifestado e que os seus sucessores viriam a sistematizar — de prender o camponês à sua terra, o artista à sua arte e o funcionário à sua função. Era o único meio ao alcance de um Estado deficiente para impedir a vida instável de um povo que a ela era arrastado pelo receio dos impostos, pela pouca segurança que ofereciam as terras e por uma profunda desagregação das coletividades. É a origem da servidão, que a civilização cristã da Idade Média conservará sem discutir.

Uma política desta natureza não estava livre de consideráveis perigos. Tem-se falado muito das vantagens que a Igreja obteve da sua aliança com o poder, mas houve também desvantagens, e elas devem ser analisadas. Nada mais arriscado e difícil para um partido — para uma Igreja — do que a súbita passagem da situação de minoria para a de instituição oficial. É a hora em que as revoluções se renegam e se traem, e as Igrejas vêem afluir as multidões convertidas à pressa, os espertos e os tíbios. A fé, que o heroísmo e o sacrifício já não exaltam, aburguesa-se. Foi esta curva perigosa que o cristianismo teve de dobrar no tempo de Constantino.

Mas há outra coisa bem pior. Enquanto a perseguição, mesmo adormecida, continuava a ser uma possibilidade, as relações entre a Igreja e o Estado encontravam-se estabelecidas em termos que não permitiam que um pesasse sobre o outro. A partir do dia em que a violência ficou excluída do horizonte cristão, surgiram problemas mais complexos. Muitos indícios mostram que, até nas intenções mais sinceras da sua política, Constantino nunca perdeu de vista o cuidado primordial dos interesses do Estado. Se concede muitos favores ao clero, toma também medidas para que as vocações eclesiásticas não despovoem os quadros municipais e burocráticos. Se luta — como havemos de ver — contra os hereges e os cismáticos, é menos por força de certezas teológicas bem alicerçadas (neste domínio, revela-se bastante primário) do que para salvar os dois grandes dados políticos que considera fundamentais: a unidade e a ordem pública. Nunca teve a menor intenção de submeter a Igreja ao Estado, e de modo algum se pode acusá-lo de "cesaropapismo", como alguns pretenderam. Mas, com as melhores intenções do mundo, chegou a colocar a Igreja numa situação que a expunha a pesadas conseqüências.

"Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". O preceito de Cristo, que separa absolutamente os dois domínios, é a suprema sabedoria. Mas que irá acontecer quando a autoridade constituída pretender ser o representante de Deus sobre a terra? É um problema que, a partir deste momento, e durante toda a Idade Média, e até mesmo nos nossos dias em algumas regiões, os cristãos terão de enfrentar e para o qual não hão de encontrar, a maior parte das vezes, senão soluções aproximativas e freqüentemente dolorosas. Para um Luís IX da França que, santo até sobre o trono, põe em prática uma política autenticamente cristã, quantas aparências e quantos rostos falsos! Quantos regimes não podemos nós contar que mais pretendem servir-se de Cristo do que servi-lo! Tertuliano, o fogoso africano, dissera numa das suas eternas polêmicas: "Não é possível ser César e cristão ao mesmo tempo". No plano em que César é um

homem, a afirmação é certamente inadmissível; mas no plano em que César é César?

Dirigindo-se um dia aos bispos reunidos num concílio, Constantino proferiu estas palavras reveladoras: “Vós sois bispos do interior da Igreja, mas eu sou bispo do exterior”. Queria sem dúvida dizer com isso que se considerava responsável pelo cuidado religioso das populações ainda não cristãs, em relação às quais se sentia investido na missão de ser o portador do Evangelho. Mas isso implicava também que se considerava representante legítimo de Deus, um pouco à margem da hierarquia, mas certamente habilitado a intervir em assuntos religiosos. O bispo “do exterior” tenderá, pois, a fazer teologia para os “do interior”. Inicia-se assim a confusão entre os poderes de César e os poderes de Deus. O futuro provará como é penoso sair dessa situação.

O perigo mais essencial que se desenha procede, pois, da contaminação que se opera entre o cristianismo e o Estado. Sobretudo no Oriente — e será essa a característica fundamental do que se chamará “a civilização bizantina” —, a Igreja ortodoxa e a cultura helênica vão fundir-se com o Estado numa só realidade²⁵. Não só com o Estado, mas com o estatismo.

Ao longo dos três primeiros séculos, vimos o Império Romano tender para a centralização, para a domesticação ou, para empregarmos um termo dos nossos dias, para o totalitarismo. A partir de Diocleciano, já não se trata de uma tendência; trata-se de um fato. Apoiado num funcionalismo gigantesco — essa vacilante muleta dos governos doentes —, o Império absorve todas as forças dos indivíduos, requisita-os asperamente para o seu uso, limita singularmente o espaço deixado à liberdade. Aceitando associar-se a semelhante política, não se arriscava a Igreja a abandonar esse papel que havia sido anteriormente o seu — um papel que ela voltará a encontrar plenamente nos tempos modernos — de ser a defensora in-comovível da pessoa humana e dos seus direitos perante as exigências do poder?

Todo o resto, todas as outras espécies de perigos que se possam enumerar, reduzem-se a esta causa profunda, a esse monstro moral, a esse abismo de contradições que é o estatismo cristão. Recém-vitoriosa, em condições de usar da força em vez de sofrer-lhe os rigores, a Igreja vai tentar servir-se dela, o que não nos deve surpreender porque é o que há de mais humano: sociedade santa nos seus princípios e nos seus fins, a Igreja nem por isso deixa de ser formada por homens.

Na segunda metade do reinado de Constantino, notam-se já medidas nitidamente antipagãs: interdição do oráculo de Apolo, que incitara Diocleciano a reiniciar a perseguição; supressão — justificada, sem dúvida — de certos cultos orientais em que a moral era fortemente ofendida; execução de um tal Sopatros, que passava por mágico de grande poder; e destruição dos livros de Porfírio, o polemista anticristão. E há um fato ainda mais grave: por ocasião da grande crise desencadeada no seu seio pela heresia ariana, é a própria Igreja — ou pelo menos alguns dos seus representantes — que leva o “braço secular” a intervir. Embora tenha sido forçada a isso por necessidades imperiosas, como havemos de ver, a Igreja não tem motivo para se gloriar sem reservas da forma como agiu.

O recurso à força terá graves conseqüências. Cerca de cinqüenta anos depois de Constantino, será muito doloroso ver um cristianismo todo-poderoso tornar-se, por sua vez, intolerante e perseguidor, dar batida aos pagãos, equiparar a heresia e o cisma ao crime e obrigar o Estado a castigá-los. Ainda por cima, a força de expansão do cristianismo mudará agora de caráter e, em certa medida, descerá de nível. Em vez do entusiasmo individual, do contacto direto de homem para homem, que foi o que fez triunfar os primeiros apóstolos, procurar-se-á sobretudo no século V batizar os chefes bárbaros, para que estes imponham imediatamente aos seus vassallos, em bloco, a sua fé recém-adquirida.

Se ao menos o Estado se limitasse a desempenhar o papel de braço secular e a Igreja a utilizar os funcionários do Estado! Mas, para o César feito cristão, é grande a tentação de se imiscuir nos assuntos religiosos e fazer prevalecer a sua influência. Com a melhor boa fé do mundo, sem dúvida! Mas nem por isso o resultado será menos inquietante. Cheio de deferência para com os bispos, Constantino bem declara que respeita a liberdade interna da Igreja, que não procura senão facilitar as suas assembleias e executar as suas decisões, mas a verdade é que o seu ingênuo intervencionismo se manifesta sem cessar; quando estudarmos a questão ariana, teremos provas muito estranhas desse fato.

Terá a Igreja percebido imediatamente o perigo? De modo unânime, não. Por reconhecimento para com o seu protetor, ou por motivos de ordem menos elevada, houve certamente prelados que se mostraram inclinados a fazer o jogo do imperador. Assim, em agosto de 314, num concílio reunido em Arles, decidiu-se não somente que daí em diante seria permitido a um cristão ser funcionário imperial, mas também que seria excomungado todo o soldado cristão que se furtasse ao compromisso dos seus deveres militares; o que era, simplesmente, confundir o domínio de César com o de Deus. Felizmente, houve quem não tardasse a pressentir a ameaça e se opusesse aos excessos da influência oficial. A partir dos sucessores de

Constantino, essa resistência será manifesta. E assim se armará o conflito entre a Igreja e os poderes temporais, um conflito ora latente, ora dramático, que dominará a história da Idade Média. As lutas entre o Sacerdócio e o Império têm aqui a sua origem.

Ao resumir esta evolução dos fatos, Renan conclui com uma frase muito pessimista: “O cristianismo soçobrou na sua vitória”. A afirmação é falsa; peca por exagero. Mas não podemos deixar de subscrever as palavras de um historiador católico²⁶: recém-libertada da opressão, a Igreja ia conhecer “uma prova talvez mais terrível ainda do que a hostilidade: a proteção tão facilmente onerosa do Estado”.

A “nova Roma”

Há um outro aspecto da obra de Constantino que influiu no futuro do cristianismo e ocasionou conseqüências bem diferentes daquelas que se poderiam prever.

Em 11 de maio de 330, deu-se início no Império a uma seqüência de festas gigantescas que, segundo se dizia, deviam durar quarenta dias. Tinham por marco uma cidade dos países gregos, situada numa das mais belas paisagens que existem sobre a terra, e que uma vontade poderosa fizera surgir subitamente em todo o seu esplendor. Seis anos antes, em 8 de novembro de 324, a cidade fora “dedicada” segundo os ritos antigos, mas dentro de um espírito novo. Os numerosos espectadores daquelas cerimônias não conseguiam compreender como é que brotara em tão pouco tempo da terra um tão grande esplendor e como é que a cerimônia da “dedicação” pudera encontrar uma cidade nova, resplandecente de ouro e mármore, erigida de palácios, povoada por mil estátuas e protegida pelas mais fortes muralhas do mundo.

Houve pela manhã uma grande quantidade de missas cantadas nas basílicas e, de tarde, assistiu-se no circo aos mais prodigiosos divertimentos. Por toda a parte, nas ruas, nas praças, sob os pórticos, fervilhavam soldados vestidos de gala e com as clâmides polícromas lançadas sobre as couraças. Quando a procissão se pôs em marcha, ao canto do *Kyrie eleison* e acompanhada pelo clarão de milhares de círios, viu-se avançar uma estátua dourada vestida com um luxo inconcebível, que se dizia ter sido a de Apolo Musageta e que agora se convertera no símbolo do senhor que acabava de inventar aquela cidade. Trazia na cabeça uma coroa cujos raios eram feitos com os cravos da Santa Cruz.

Que razões teriam levado Constantino a criar uma capital? A questão tem sido muito discutida. Razões estratégicas? Suficientemente afastada do Danúbio para estar ao abrigo de qualquer ataque imprevisto, e suficientemente próxima para poder dar uma resposta fulminante às intrusões dos sármatas e dos godos, a nova cidade seria também um baluarte contra a ameaça persa, num momento em que Sapor II unificara todas as forças da grande dinastia sassânida por meio de uma reforma religiosa e se preparava para prosseguir a luta sem tréguas que o Islão, bem mais tarde, haveria de continuar²⁷. Razões econômicas? Roma declinava e perdia toda a sua importância comercial; estavam, pois, chamados a fazer fortuna os grandes cruzeiros das rotas orientais, principalmente o da via marítima Norte-Sul e o da via terrestre Leste-Oeste — os Dardanelos. Razões políticas? Se Constantino tinha dado a Roma numerosos edifícios faustosos, nem por isso chegara a amar esta cidade zombeteira, irritadiça, que ele sabia ser-lhe pouco fiel e que — podia haver também motivos psicológicos — lhe trazia à mente as cáusticas recordações dos seus pecados. Todas estas causas podem ter influído, mas não foram certamente decisivas.

Acima de tudo, é preciso ver nesta fundação mais um ato da política cristã do grande imperador. Abandonar Roma, instalar noutra parte uma capital que não seria senão dele, nascida das suas obras e do seu querer, era facilitar a cristianização do mundo, escapar à resistência das velhas tradições pagãs, opor à cidade de Rômulo e Remo, à filha da Loba, uma cidade fundada segundo um novo desígnio. Terá este propósito derivado de um raciocínio perfeitamente lúcido e amadurecido da mente de Constantino? Com certeza que não; foi antes o resultado de uma dessas iluminações bruscas, dessas intuições fulminantes que este místico impulsivo experimentava tantas vezes. Foi algumas semanas depois da sua vitória sobre Licínio que decidiu dar uma rival a Roma. Conta-se que teria visto, em sonhos, uma águia parar o seu vôo e deixar cair uma pedra sobre o pequeno burgo de Bizâncio, e ele mesmo se referiu a uma ordem misteriosa que lhe teria sido dada por Deus para edificar uma cidade e escolher aquele lugar. E quando, ao traçar-lhe os limites com o ferro da sua lança, ouviu os cortesãos dizerem que as dimensões pareciam exageradas, respondeu: “Não me deterei enquanto não se detiver Aquele que está diante de mim”.

(27) A importância deste fato foi devidamente sublinhada por René Grousset na sua notável *Histoire du Levant*, tomo I (Paris, 1947). “Enquanto Constantino convocava o Concílio de Nicéia (335), Chapur II (Sapor II) reunia por sua vez um sínodo nacional que fixou definitivamente o texto da “bíblia zoroastriana”, o *Avesta*. A antiga luta entre o helenismo e o gênio do Oriente assumiu a partir daí um caráter religioso. Foi, dos dois lados, uma guerra santa. Nesse sentido, o Islão viria apenas a agravar uma situação que já existia desde o século IV”.

O lugar que o Céu designara ao seu servidor era, na verdade, excepcional. Nunca nos cansaremos de admirá-lo. É preciso ter chegado a ele por mar, ao nascer de uma alvorada ainda cheia de sombras, e ter visto surgir por entre as brumas as grandes massas de Santa Sofia, as muralhas avermelhadas e os palácios de um verde acinzentado; é preciso ter considerado a misteriosa convergência das três línguas de terra que parecem apontar para este ponto líquido onde o coração do mundo palpitou por tanto tempo; é preciso ter sonhado ante o simples enunciado de palavras cheias de esplendor como Corno de Ouro, Mármara, Bósforo, Gálata, para que toda a glória de Constantino se torne presente e surja aos nossos olhos, sempre viva, a imagem mais surpreendente da sua grandeza. Nesse lugar, os gregos haviam fundado mil anos antes uma colônia marítima que prosperara modestamente. Cidade dedicada à lua, votada ao comércio dos cereais e à pesca do atum, Bizâncio conhecera o seu momento de glória quando, estimulando a Hélade a salvá-la do cerco de Filipe da Macedônia, Demóstenes escrevera a sua obra-prima, o *Discurso da Coroa*²⁸. Contudo, estava longe de ser uma grande cidade quando Constantino resolveu instalar-se nela.

Tudo foi feito com a prontidão com que um déspota pode realizar os seus sonhos. Apenas se conservou o centro da antiga cidade. Durante seis anos, sem perder um só dia, lançaram-se à obra verdadeiros exércitos de operários e nela trabalharam quarenta mil godos prisioneiros em regime de trabalhos forçados. A preço de ouro, mandaram-se vir especialistas em alvenaria dos quatro cantos do mundo. Constantino escrevia pessoalmente aos empreiteiros e dizia-lhes: “Mandai-me dizer que terminastes as obras; não que as começastes”. Os prefeitos das províncias receberam ordens de escolher arquitetos jovens e mandá-los para as obras. Arrebanharam-se estátuas na Grécia, na Ásia Menor, na África e nas ilhas. Despojaram-se os templos das mais belas colunas de mármore verde e de pórfiro, e o mesmo aconteceu com o próprio oráculo de Delfos. Foi uma improvisação gigantesca, a súbita projeção sobre pedra e tijolo de uma espécie de vertigem onírica, com tudo o que podia ter de frágil o resultado de uma pressa tão espantosa.

Depois, quando as muralhas ficaram concluídas, o imperador pôs-se a recrutar habitantes. Por meio de alforrias, da libertação de cativos e com promessas feitas aos traficantes das costas do Mediterrâneo, em breve conseguiu uma multidão, sofrivelmente mista, que abarrotou de alimentos e

(28) Durante esse cerco, os bizantinos foram salvos de um ataque macedônio por um misterioso raio de lua que lhes permitiu ver os preparativos dos assaltantes. Em reconhecimento, a cidade inscreveu nas suas moedas uma lua crescente, que os turcos conservarão como emblema.

de espetáculos. A seguir, convenceu os nobres, os ricos e os senadores a virem instalar-se junto dele. Conta-se que doze diplomatas romanos, que regressavam de uma embaixada na Pérsia após dezesseis meses de ausência, foram chamados ao Palácio. — Quando regressais a Roma?, perguntou-lhes o imperador. — Não estaremos lá antes de dois meses. — Estais enganados! Digo-vos que esta mesma noite estareis em casa. E, com grande espanto, os embaixadores foram levados pelos oficiais às ordens a residências completamente novas, copiadas exatamente, até o detalhe, daquelas que ocupavam nas margens do Tibre.

Podemos avaliar por meio de testemunhas o que era esta cidade no tempo em que Constantino a inaugurou. Como em todos os grandes aglomerados do Oriente, notava-se ali o estranho contraste entre os bairros superpovoados, com vielas estreitas e imundas, e as esplanadas rodeadas de pórticos e ornadas de estátuas e fontes. Havia duas grandes artérias que se cortavam em ângulo reto, e no cruzamento erguia-se o “miliário”, o marco de ouro que servia de ponto de partida para o cálculo das distâncias nas vias do Oriente. O porto, muito aumentado, ladeado por cais de pedra, via chegar aos seus numerosos molhes as enormes frotas do Egito, da Pérsia, da Itália e até da Índia. Entre os monumentos, havia três que superavam todos os outros em medidas e em luxo: Santa Sofia, o Palácio e o Hipódromo; eram as residências dos três poderes que iam partilhar dos destinos da nova cidade: Deus, o imperador e a plebe.

Desta Bizâncio constantiniana não resta grande coisa. Nada podemos ver senão ínfimos vestígios no museu, salas atapetadas de mosaicos, numerosas colunas de granito e de pórfiro, terraços e jardins que desciam até o mar. Do hipódromo gigantesco — com perto de 400 metros de comprimento —, rodeado de bancadas, não se vê hoje senão um pedaço da “coluna serpentina”, tirada ao Apolo délfico. Quanto a Santa Sofia — a das cúpulas aéreas, dos mosaicos com fundo de ouro e das massas prodigiosas —, já não é nada da basílica que Constantino ergueu à suprema Sabedoria e que, em dois séculos, havia de arder duas vezes.

No entanto, a quem quiser avaliar o que deve ter sido a capital dos anos 330, oferecem-se três recordações que pesam muito na imaginação. A primeira é a linha de muralhas — esse “vestígio colossal do passado”, no dizer de Loti — que, desde o Corno de Ouro até o mar de Mármara, da porta de Eyub até o castelo das Sete Torres, numa extensão de sete quilômetros, alonga as suas massas sinistras, as suas pedras em ruínas, as suas torres de defesa redondas, quadradas ou pentagonais, e as suas portas, despojadas agora dos antigos batentes revestidos de aço. A segunda é o aqueduto, que ainda hoje se vê correr através dos campos, numa extensão de léguas e léguas, sempre intacto, com os seus grandes arcos desenha-

dos por uma vegetação exuberante, e cuja água, correndo para a cidade, vai alimentar a indestrutível floresta. E a terceira testemunha deste passado é o conjunto das cisternas gigantescas, construídas ao mesmo tempo que Santa Sofia, com centenas de colunas sobrepostas em dois andares, com cúpulas quase invisíveis na penumbra, com águas tão espaiadas que se pode andar por elas de barco, e das quais a moderna cidade de Istambul continua a servir-se.

Uma despesa tão desmedida como esta prova suficientemente que Constantino encarava toda essa construção como uma obra primordial; em certo sentido, como o coroamento da sua carreira. Roma já não estaria em Roma; passaria a estar em Bizâncio. Além disso — outro sinal do céu! —, quando se acabou de traçar os limites da nova cidade, não se verificou que também tinha sete colinas? Rômulo estava igualado. Aliás, o nome que lhe deram nos atos oficiais não ocultava a intenção do imperador: *a nova Roma*. Mas a voz popular, sabendo muito bem que um só homem havia querido e ordenado tudo, deu à cidade o nome do seu fundador — *Constantinópolis* —, que era o que viria a prevalecer.

A nova Roma teve todas as prerrogativas de uma capital e em breve suplantou em muitos pontos a antiga. Teve, como ela, o seu senado, os seus conselhos, os seus catorze bairros, a sua casa da moeda e a sua universidade. O governo fixou lá a sua residência, ao passo que, no tempo da tetrarquia, os lugares onde residiam os Augustos e os Césares, incluindo Milão e Nicomédia, tinham sido apenas capitais estratégicas. Daqui para o futuro, erguer-se-á diante de Roma uma rival a que o capricho do imperador dará todas as oportunidades. Estava estabelecido um fato de importância excepcional.

Podemos perguntar-nos: quando aquele que se julgava iluminado pelo próprio Deus desfilava, triunfante, ao longo das novas praças da sua cidade, pressentiria por acaso as prodigiosas conseqüências do seu gesto? Uma vez criada Constantinopla e erigida em capital, o Império dividia-se definitivamente em duas partes inscritas nas incertezas do futuro. E, dentro em breve, tragado e absorvido pela alma helênica, o elemento latino que o imperador tinha transferido para a sua obra dissolvia-se, transformava-se e perdia muito rapidamente todo o contacto com Roma. É a futura civilização bizantina que se plasma; é a grande herança que se desenvolve ao longo de onze séculos, através de mil vicissitudes e admiráveis sobresaltos, enquanto o Ocidente, abandonado a si mesmo, se desmorona sob as investidas dos germanos e dos hunos. Mas é também a única oportunidade oferecida à Igreja — que preferiu ficar em Roma — de salvaguardar a sua autonomia perante as proteções suspeitas do poder. “Alguma mão oculta — disse Joseph de Maistre — expulsava os imperadores da Cidade

Eterna para dá-la ao chefe da Igreja universal". Constantinopla, fundada em glória, é o futuro cisma grego, mas é também a consagração do poder pontifício. Constantino não previa tudo isso.

O batismo da morte, 337

No seu imenso palácio, Constantino mandara construir, isolada dos imensos salões oficiais, uma ala lateral com pórticos que davam diretamente para o mar. Gostava de retirar-se para lá a fim de meditar ao cair da tarde, vendo o sol pôr-se por trás daquele declive onde hoje se estendem os jardins do Serralho, enquanto ao longe brilhavam ainda, num derradeiro clarão, as falésias da costa asiática. Foi ali — nesse lugar que lhe tornava tão intensamente presentes a sua glória e a realização dos seus sonhos, nessa cidade que ele não abandonou, por assim dizer, desde o ano 330 —, foi ali que ele viu aproximar-se a morte.

Deve ter sido em 330 que recebeu o aviso misterioso que todo o ser vivo recebe em certo momento da sua existência, como uma ameaça indefinível, uma certeza contra a qual nada se pode. E foi então que tomou uma decisão estranha, que não deixa de evocar a de Diocleciano quando resolveu retirar-se. Depois de ter trabalhado tanto, contra todos e contra tudo, para fundar a unidade do Império, acabou por dividi-lo. Voltou a um regime análogo ao da tetrarquia, mas menos estritamente hierarquizado e ainda mais fracionado. Quis associar o novo regime ao príncipe herdeiro, ao passo que o de Diocleciano fora fundado sobre a eleição e, como vimos, havia falido por isso mesmo. O poder de direito divino que ele detinha seria legado aos filhos do seu sangue, e a "segunda dinastia flaviana"²⁹ aliaria assim as vantagens do sistema tetrárquico às da hereditariedade.

Seu filho mais velho, Constantino, recebeu o Ocidente, a Gália, a Espanha e a Bretanha; o segundo, Constâncio, recebeu o Oriente, a Ásia, a Síria e o Egito; o mais novo recebeu a parte intermediária, a Ilíria, a Itália e a África. Além disso, dois dos seus sobrinhos, que possuíam já valor e posição no Império, obtiveram altos lugares: Dalmácio ficou com a Trácia, a Macedônia e a Grécia, e Anibaliano com o Ponto e a Armênia, recebendo o título de "rei dos reis", remota herança de Mitrídatís. Os casamentos de família que se celebraram entre sua filha Constantina e Anibaliano e entre seu filho Constâncio e uma sobrinha sua, asseguraram ain-

(29) Os descendentes de Constantino são chamados "segundos Flávios", para distingui-los dos Flávios de Vespasiano. As duas dinastias tinham em comum o nome gentílico Flávio.

da mais aos olhos do imperador a solidez do sistema ou, pelo menos, deram-lhe a ilusão de solidez. Esperava talvez ver a obra desses cinco adolescentes para depois fixar a sua escolha definitiva. Um homem que se sente alquebrado, mas se recusa a admiti-lo, cai em contradições desta natureza. Constantino não tinha mais do que cinquenta e três anos.

Pouco depois da decisão da partilha, tomou outra resolução significativa. Quis que fosse abençoado solenemente, na sua presença, o mausoléu de pórforo — o décimo terceiro — que mandara edificar na igreja dos Santos Apóstolos. Nesses mesmos termos se contará também a história mais ou menos lendária de outro imperador, Carlos V, que mandou celebrar as suas exéquias enquanto vivo. Durante a cerimônia, um pregador iniciou o respectivo panegírico fúnebre; mas Constantino, levantando-se, ordenou-lhe que parasse com todas aquelas vãs palavras e se limitasse a orar pelo repouso da sua alma.

Parecia, pois, perseguido pela idéia da morte e mais preocupado com ela do que com qualquer outra coisa. No entanto, a obediência aos seus deveres em relação ao Estado era tão forte nele que a brusca manifestação do perigo persa o encontrou pronto para o combate. Sapor II, que se dissera seu amigo e mantivera com ele uma correspondência teológica, tentou retomar de Roma as províncias do outro lado do Tigre, outrora reconquistadas a Narsés por Diocleciano. Constantino deixou a sua querida cidade e partiu para o leste a fim de se juntar a Constâncio, que já se encontrava lá com um exército. Não teve necessidade de avançar até a Mesopotâmia; não se sentindo preparado para sofrer o embate das legiões, Sapor não insistiu e entrou em negociações. Constantino não quis exercer qualquer represália sobre o seu antigo amigo e aceitou uma reconciliação. Nessa ocasião estava ele mais interessado em celebrar devotamente a Páscoa na sua cidade natal e no meio de um povo cristão do que em usar a espada. E já o minava a doença.

O mal tornou-se patente a partir dessa festa da Páscoa de 337. O que é que tinha? Não se sabe. Pensou-se numa daquelas febres recorrentes do gênero da “febre de Malta”, que a Antigüidade não sabia curar, e houve também certos boatos tendenciosos, com pouco fundamento, de que alguns dos seus parentes teriam tentado envenená-lo. Foi tomar os banhos de Helenópolis — a cidade que tinha o nome de sua mãe — e sobretudo ajoelhar-se junto do túmulo de Luciano de Antioquia, o doutor mártir que tanto venerava. O mal agravou-se em pouco tempo. Não pôde — ou não quis — voltar para Constantinopla e fez-se transportar para a sua casa de campo — muito modesta — de Ancira, perto de Nicomédia. O confessor de sua irmã, o bispo Eusébio, não saía de junto dele.

vesse tido bem antes. Já de cama, desenganado, pediu o batismo. Teria querido que o levassem até as margens do Jordão, para receber a mesma água que Jesus recebera, mas já era demasiado tarde. Administraram-lhe o batismo no leito de morte, o batismo *in extremis*, que era chamado “o batismo dos clínicos”.

Por que esperou tanto tempo para entrar completamente no seio da Igreja, ele que tantas vezes havia proclamado a sua afeição filial para com ela e a sua fé absoluta? Há muitas razões que permitem explicar esta atitude. Razões políticas: chefe de um império em que mais da metade da população ainda se encontrava no paganismo, não teria querido dar a impressão de que tomava partido definitivamente contra um grande número dos seus súditos; nas vésperas da sua morte, confirmava por um edito os privilégios dos sumo-pontífices das províncias, mantendo assim o culto imperial. Razões religiosas: para este homem de alma inquieta, a quem a palavra de Deus não tinha trazido a paz, o batismo no instante supremo pôde ter parecido a garantia absoluta de ser definitivamente absolvido e de passar diretamente da terra para o céu. O caso era bastante frequente na Igreja desta época: uns trinta anos mais tarde, São Gregório de Nazianzo fulminará ainda esse costume. A consciência deste cristão, deste cristão a meias, nunca tinha sido límpida. Ao menos, realizou de forma edificante o gesto supremo da sua adesão a Cristo.

Ordenou que lhe tirassem as vestes imperiais de púrpura e lhe vestissem a alba dos neófitos. Teve ainda forças para pronunciar algumas palavras: “Eis que chegou o dia de que eu tinha sede há tanto tempo; chegou a hora da salvação que eu esperava de Deus...” E quando o bispo Eusébio de Nicomédia³⁰ lhe administrou o sacramento, murmurou: “Neste dia sou verdadeiramente feliz; vejo a luz divina...” Morreu no dia de Pentecostes, 22 de maio, ao meio-dia.

O seu corpo, embalsamado e colocado num ataúde de ouro, foi transportado para Bizâncio e, durante dias e dias, permaneceu exposto sobre um catafalco, na maior sala do palácio, com o diadema e o manto imperial sobre o féretro, e ladeado por mil círios que o cercavam de um nimbo glorioso. Os dignitários e sacerdotes prolongaram a *adoratio* e as orações enquanto o César Constâncio não chegava da Mesopotâmia, para presidir pessoalmente às exéquias. Levaram o cadáver para a igreja dos Santos Apóstolos, onde a sua guarda pessoal, com capacetes e couraças de ouro, o velou durante um mês. Assim o luxo e a pompa do protocolo tomaram novamente conta daquele que quisera morrer como cristão.

(30) É preciso não confundi-lo com o historiador Eusébio de Cesaréia. Veja-se o capítulo seguinte.

Homem do destino, figura excepcional neste período em que a história mudava de bases, Constantino fez brilhar, sobre a antiga grandeza de Roma, a beleza faustosa e frágil dos crepúsculos e dos outonos. Mas, para a Igreja, foi o mensageiro das alvoradas decisivas. Foi por isso que ela lhe perdoou os seus erros e os seus crimes e, na seqüência dos tempos, sempre prezou o seu nome³¹.

(31) A lenda não demorou a apossar-se da sua figura. Atribuir-lhe-ão proezas mais surpreendentes que as reais ou ainda maravilhosos atos de fé. Contar-se-á por exemplo que, tendo ido orar junto do túmulo de São Pedro em Roma e lembrando-se subitamente dos seus pecados, recebeu de Deus o dom de lágrimas, a tal ponto que as suas vestes ficaram tão molhadas que se podiam torcer. Acrescenta a lenda que, com essa água do arrependimento, se encheram doze bacias.